

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**VIVIANE DA SILVA BERNARDES**

**EXPERIÊNCIA DO COOPERATIVISMO E O EMPODERAMENTO DOS  
ASSOCIADOS DA COOPERATIVA AMBIENTE – VILA ESTRUTURAL (BRASÍLIA,  
DISTRITO FEDERAL)**

**São Leopoldo  
2018**

VIVIANE DA SILVA BERNARDES

EXPERIÊNCIA DO COOPERATIVISMO E O EMPODERAMENTO DOS  
ASSOCIADOS DA COOPERATIVA AMBIENTE – VILA ESTRUTURAL (BRASÍLIA,  
DISTRITO FEDERAL)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriane Vieira Ferrarini

São Leopoldo

2018

B522e      Bernardes, Viviane da Silva.  
Experiência do cooperativismo e o empoderamento dos  
associados da Cooperativa Ambiente – Vila Estrutural  
(Brasília, Distrito Federal) / Viviane da Silva Bernardes. –  
2018.

96 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São  
Leopoldo, 2018.

“Orientadora: Profª. Drª. Adriane Vieira Ferrarini.”

1. Cooperativas. 2. Cooperativismo. 3. Empoderamento.  
I. Título.

CDU 334.4:628.477.6

**Viviane da Silva Bernardes**

EXPERIÊNCIA DO COOPERATIVISMO E O EMPODERAMENTO DOS  
ASSOCIADOS NA COOPERATIVA AMBIENTE – VILA ESTRUTURAL (BRASÍLIA,  
DF)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>. Adriane Vieira Ferrarini  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Dedico este trabalho ao meu pai, Celso Bernardes (*in memoriam*), na certeza de que onde quer que esteja, está muito orgulhoso e feliz!

## **AGRADECIMENTOS**

Pela paciência, carinho e compreensão: Rogério Martins, meu companheiro e Gabriela Bernardes, minha filha;

Pela orientação e confiança: Professora Dr<sup>a</sup> Adriane Vieira Ferrarini;

Pela amizade e apoio: Gisela Pelegrinelli;

Pela persistência e ensinamentos diários: Cleusa Bernardes, minha mãe:

A vocês toda minha gratidão!!!.

## RESUMO

O surgimento de associações e cooperativas de catadores de material reciclável se constitui importante iniciativa, vez que comportam tanto melhorias financeiras, como a minimização da vulnerabilidade dos catadores. Esta pesquisa teve por objetivo analisar a vivência do cooperativismo e o empoderamento do cooperado. A pesquisa foi conduzida junto a cooperativa Ambiente localizada na região da Estrutural, Brasília-DF. A correlação entre a vivência do cooperativismo e o empoderamento do cooperado foi analisada do ponto de vista teórico e metodológico, e para isso empregou-se a estratégia de pesquisa de cunho exploratória e descritiva, utilizando-se entrevista e observação participante como técnicas de coleta de dados. Os resultados evidenciaram a existência de processos de empoderamento nos diferentes níveis estudados porém com limites. Tais trabalhadores têm buscado reconhecimento social, através das tentativas de tornarem visíveis as atividades de triagem e reciclagem dos resíduos e de se firmarem enquanto uma categoria ocupacional específica, por intermédio de sua organização política, o que vem a contribuir para seu empoderamento, individual e coletivamente. Contudo, existem limites quanto ao empoderamento individual, vez que os catadores se beneficiam das garantias de uma cooperativa, porém com restrições, por não ocorrer o atendimento a determinados princípios cooperativistas.

**Palavras-chave:** Cooperativas. Princípios cooperativistas. Empoderamento.

## **ABSTRACT**

The emergence of associations and cooperatives of recyclable waste collectors constitute an important initiative, since they involve both financial improvements and minimizing the vulnerability of waste pickers. This research aimed to analyze the experience of cooperativism and the empowerment of the cooperative. The research was conducted together with the Environment cooperative located in the region of Estrutural, Brasília-DF. The correlation between the experience of cooperativism and the empowerment of the cooperative was analyzed from a theoretical and methodological perspective. For this purpose, the exploratory and descriptive research strategy was used by, using interview and participant observation as techniques for collecting data. The results indicated the existence of empowerment processes in the different levels studied but with limits. Such workers have sought social recognition, through attempts to make visible the activities of sorting and recycling of waste and to establish themselves as a specific occupational category, through their political organization, which contributes to their empowerment, individually and collectively. However, there are limits to individual empowerment, since the collectors benefit from the guarantees of a cooperative, but with restrictions, due to non-compliance with certain cooperative principles.

**Keyword:** Cooperatives. Cooperative Principles. Empowerment.



## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>7</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2. QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA</b> .....	<b>9</b>
2.1 Desenvolvimento capitalista moderno .....	9
2.2 Expressões contemporâneas da questão social .....	14
<b>3. COOPERATIVISMO</b> .....	<b>17</b>
3.1 Pressupostos epistemológicos: Economia Substantiva e princípios de Karl Polanyi .....	17
3.2 Abordagem do Cooperativismo no tempo: origem e evolução .....	20
3.3 Princípios do Cooperativismo.....	23
3.4 Cooperativismo no Brasil.....	26
<b>4. EMPODERAMENTO</b> .....	<b>33</b>
4.1 Abordagem histórico-conceitual .....	33
4.2 Empoderamento: uma alternativa na categoria de análise.....	34
4.3 Dimensões do empoderamento .....	36
4.3.1 Dimensão pessoal.....	37
4.3.2 Dimensão organizacional .....	38
4.3.3 Dimensão estrutural .....	40
4.4 Identidade e profissão como forma de empoderamento .....	41
<b>5. METODOLOGIA, OBJETO E OBJETIVOS DO ESTUDO</b> .....	<b>46</b>
5.1 Cooperativismo popular no Brasil e no Distrito Federal .....	49
5.2 Cooperativismo no segmento de materiais recicláveis.....	51
5.3 Aspectos metodológicos inserção da pesquisadora.....	56
<b>6. ANÁLISE DOS DADOS E SÍNTESE TEÓRICO-EMPÍRICA</b> .....	<b>59</b>
6.1 Processo de implementação da cooperativa.....	59
6.2 Empoderamento de catadores/recicladores a partir do conhecimento dos princípios cooperativistas .....	61
6.3 Empoderamento individual, organizacional e estrutural .....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>80</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O modelo de economia cooperativa tem como objetivo a produção justa com repartição equitativa e socialmente equilibrada, no entanto o que vem sendo demonstrado ao longo da sua existência é que a maior parte das práticas cooperativistas tem retirado direitos sem justa distribuição, porque os princípios cooperativistas não são postos em prática.

Dessa forma, o maior objetivo da cooperativa é justamente fortalecer seus cooperados para que com o trabalho conjunto obtenham vantagens econômicas, o que talvez não fosse possível com o trabalho autônomo, atendendo as necessidades e aos interesses específicos das pessoas que formam o grupo.

A partir do objetivo da cooperativa, pode-se conceituar cooperativismo como uma associação de pessoas, embora por objetivos econômicos, vinculado à valorização de seu trabalho, no contexto das relações de mercado.

O movimento cooperativo moderno nasceu das lutas pela valorização do trabalho humano (SINGER, 1998). Tem-se então, que o termo cooperativismo está relacionado à economia, tendo como seu núcleo a remuneração do trabalho. Por isso a noção de organização cooperativa é mais ampla que uma simples instrumentação técnica. Além do instrumental técnico, a organização cooperativa nasce de um movimento social que traz em sua historicidade a questão da valorização do trabalho humano.

Trata-se também de um movimento político e, como tal, constitui a identificação, a associação, a comunicação entre os que trabalham como seus instrumentos de atuação.

Portanto, o movimento cooperativo moderno expressa uma articulação entre economia e política que busca exercer poder nas relações de mercado. A constituição de poder de atuação na economia é elemento central do cooperativismo moderno. Nesse processo, os associados desenvolvem e incorporam valores e comportamentos com vistas aos seus objetivos. (SINGER, 1998)

Como movimento associativo que é, o cooperativismo reflete diretamente na sociedade, recebendo interferências sociais, econômicas, culturais e políticas. A base do cooperativismo se compõe de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Fundamenta-se, portanto, no bem-estar coletivo,

buscando a prosperidade do grupo e contribuindo para o empoderamento do cooperado.

Cabe ressaltar que a experiência do cooperativismo como contribuição para o empoderamento de seus cooperados, está na sua capacidade de interferência de forma direta nas ações da cooperativa. Fato é, que a não observância da experiência cooperativista, baseada nos princípios fundamentais do cooperativismo, pode comprometer as atividades da cooperativa.

Sendo assim, para definição do problema de pesquisa, levou-se em consideração uma reflexão sobre a contribuição da vivência cooperativista para o empoderamento de seus associados.

A problematização então foi: Qual a relação existente entre a vivência do cooperativismo e o empoderamento do cooperado, considerando o conhecimento dos princípios cooperativistas pelo cooperado?

A pesquisa foi realizada a partir do Estudo de caso de uma cooperativa de catadores de lixo na região administrativa da Estrutural, Distrito Federal, a saber: Cooperativa Ambiente, constituída em 2011, contando com 126 cooperados. A cooperativa mencionada faz parte da CENTCOOPDF – Central das Cooperativas de Catadores do Distrito Federal e entorno, a qual otimiza o processo de comercialização e estabelece uma estrutura operacional que gerencie as atividades de uma forma sistemática, organizada e democrática. (Leandro, Beline – central de cooperativa: inovação e transformação socioeconômica e ambiental – UNITRABALHO)

A pesquisa foi desenvolvida no ambiente da cooperativa mencionada, a partir da análise sobre a contribuição da vivência cooperativista para o empoderamento de seus cooperados, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa propõe como avanço para a realidade social dos cooperados a disseminação do conhecimento dos princípios cooperativistas, sendo fundamental para a vivência do cooperativismo.

## **2. QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA**

Neste capítulo se apresenta uma breve visão da questão social contemporânea. O mesmo se inicia com a apresentação da abordagem histórica do desenvolvimento capitalista moderno e sua sistematização. Em seguida, se aborda as repercussões na relação entre trabalho e capital.

### **2.1 Desenvolvimento capitalista moderno**

A abordagem histórica do desenvolvimento capitalista moderno é crucial para o entendimento das transformações ocorridas na sociedade, bem como das práticas sociais produzidas. Nas palavras de Castel: “o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito da herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje.” (CASTEL, 2001, p.23)

Anteriormente ao surgimento do capitalismo, tem-se o período feudal. No feudalismo, o servo está ligado à terra e ao Senhor, cabendo a este lhe conferir proteção numa relação agrícola de produção.

A Europa ocidental dos séculos XIV, XV e XVI caracterizou-se por uma gama de mudanças que marcaram a passagem da economia feudal para uma economia mais dinâmica, mais comercial. A primeira era baseada em uma agricultura quase que de subsistência; a segunda visava o mercado e por consequência, os lucros. Este período foi conhecido como Revolução Comercial (CATTANI, 1991).

Embora na Idade Média tenham surgido inovações no comércio, como o combate à usura, o justo preço, foi na época do Mercantilismo que brotaram os primeiros princípios econômicos (PEREIRA, 2003). Com o advento da produção manufatureira, a produção de bens passa a se concentrar nas cidades, e para lá se deslocam os servos. O senhor feudal agora é o dono do capital.

Nesse período, conforme Zaffaroni (1999, p. 259) foi criada, na Inglaterra legislação para demarcar os limites de terras com vistas a explorá-las racionalmente, porém, como os pequenos proprietários de terras (possuidores de poucos animais que pastavam em prédios públicos) não possuíam dinheiro suficiente, vendiam seus bens a baixos preços, e se deslocavam para as cidades.

O desmantelamento da organização feudal e a formação dos Estados Nacionais fizeram surgir a preocupação em fortalecer estes países recém-formados.

A atividade comercial foi a saída encontrada para o seu fortalecimento. O ouro e a prata foram vistos como medida de riqueza e o desenvolvimento do comércio foi incentivado como o modo de se obter tal riqueza.

O capitalismo é sistema em que os utensílios e as ferramentas, os edifícios e as matérias primas com que é obtida a produção – capital, numa palavra – são predominantemente de propriedade privada ou individual (SUNKEL; PAZ, 1988). O capitalismo emerge de um contexto de transformações econômicas e sociais. Dentre as várias origens apontadas, podemos dizer que o principal ponto que marca a emergência do capitalismo é a derrocada dos feudos e a ascensão dos burgos. A crescente produção de manufaturas, bem como da urbanização, são fatores importantes para compreender o crescimento do capitalismo.

Duas correntes procuram explicar o termo “capitalismo”. A primeira, preconizada por Marx Weber (1864-1920), cuja explicação do capitalismo encontra supedâneo em fatores externos à economia, precisamente embasado no movimento de Reforma do protestantismo de Lutero. São os dogmas religiosos direcionando a maneira de se pensar as relações sociais (CATTANNI, 1991).

No luteranismo o “homem é ‘chamado’ por Deus não apenas para que tenha uma atitude contemplativa, mas sim para cumprir sua providência neste mundo por meio de seu trabalho e sua profissão e no calvinismo, o “homem deve combater sua tendência ao prazer e ao gozo, privando-se de todas aquelas coisas que não são estritamente necessárias para sua subsistência ou para que possa levar um estilo de vida digno e seguro.” Tanto no calvinismo como no luteranismo o trabalho e a prática de uma profissão são a “salvação individual” (ZAFFARONI, 1999).

Na perspectiva de Weber (Apud CATANI, 1991, p. 14)

[...] o importante neste mundo é trabalhar para criar riqueza, e criar a riqueza não para o desfrute pessoal e o esbanjamento, mas sim para que se crie novamente trabalho. Essa mentalidade acabou configurando a tipologia do empresário moderno, do homem de ‘iniciativa’, que acumula capital não para seu desfrute pessoal, mas sim para criar mais riqueza, conseguindo, através dela, o enriquecimento da nação e o bem-estar geral.

A segunda corrente é a teorizada por Karl Marx (1818-1883), que analisa o capitalismo a partir de uma perspectiva histórica, definindo-o como sendo um determinado modo de produção de mercadorias, “gerado historicamente desde o início da Idade Moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de

desenvolvimento industrial inglês, ao qual se chamou Revolução Industrial.” (HUBERMAN, 1976, p. 169)

De outra maneira, sob a concepção de Marx (Apud CATTANNI, 1991, p. 16), a característica principal do capitalismo é a concentração dos meios de produção “nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade.” Uma outra marca do capitalismo analisada por Marx, é a de que existiriam na sociedade duas classes distintas: uma corresponde aos capitalistas, detentor do capital, dos meios de produção e do lucro proveniente da exploração do proletariado; e a outra, o próprio proletariado, possuidor tão-só de sua força braçal para realização do trabalho (SCATOLIN, 1989).

Infere-se dessa segmentação de classes, igualmente, uma divisão do trabalho, outra importante marca do capitalismo, posto que os indivíduos não conseguem exercer todas as profissões existentes necessárias para produção dos produtos utilizados para subsistência (FURTADO, 1961).

Assim, cada indivíduo exerce uma determinada profissão, e os produtos ao final elaborados são trocados uns com os outros, como maneira de subsistirem, formando uma relação de mútua dependência. Cada produto elaborado, chamado de “mercadoria” deve ser trocado. E essas mercadorias, então, possuem seu “valor de uso”: utilidade para aquele indivíduo que irá consumi-la.

E é justamente esse “valor de uso” que cada indivíduo faz dessas mercadorias produzidas que as diferenciam uma das outras, podendo se estabelecer uma proporção em equivalente em outras espécies de mercadoria. Dessa forma, o “valor de troca” poderia ser caracterizado como sendo a relação ou a proporção na troca de um certo número de valores de uso de uma espécie contra um certo número de valores de uso de outra espécie. Dessa maneira, toda mercadoria isolada é simultaneamente “valor de uso” e “valor de troca”, conforme for encarada como produto de um trabalho específico, concreto, útil (trabalho “concreto, individual”) ou como resultado de um trabalho diretamente equivalente (trabalho “geral, abstrato”) (CATTANNI, 1991, p. 78).

Os principais mecanismos do capitalismo se alteraram ao longo do tempo para se adaptarem às novas formas de relações políticas e econômicas estabelecidas entre as nações. É necessário abordar, mesmo que sucintamente, quatro fases deste processo:

A primeira fase é a do capitalismo comercial, conhecido também por capitalismo mercantil. O período marcante dessa fase se dá entre o século XIV ao século XVIII. O lucro era obtido através das trocas comerciais, exatamente por não

existir uma moeda dominante ou que tivesse grande poder de mercado, as trocas eram feitas com escravos, especiarias, ouro ou pedras preciosas, o que trouxe como consequência, o aparecimento da burguesia. É nesse período que surge a divisão internacional do trabalho, quando as colônias começam a se formar, trazendo nova forma de organização produtiva mundial (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Na segunda fase, as indústrias da Inglaterra do século XVIII foram as precursoras da Revolução Industrial. Esse novo panorama, muda completamente a forma de produção, organização social e acúmulo do capital. Em virtude de melhorias no sistema de produção com a implantação de máquinas, as grandes indústrias atraíram as pessoas que trabalhavam no campo para morarem em regiões urbanas, antes reservadas à burguesia. Isso aumentou, não somente a questão populacional, mas também a produtividade. O lucro, agora, tinha como foco a exploração do trabalhador, ocorrendo a separação da sociedade entre aqueles que são os detentores dos meios de produção e aqueles que são detentores da força de trabalho. Esta fase é conhecida como capitalismo industrial (HUNT, 2005).

Esse modelo de capitalismo vai colaborar para a ampliação das desigualdades sociais, uma vez que as melhorias tecnológicas e o domínio dos bens de produção ficam nas mãos de uma minoria. Ocorre aqui o período histórico conhecido como neocolonialismo, pois agora a divisão internacional do trabalho não é mais baseada em colônias (CHESNAIS, 1996).

A terceira fase ocorre a partir do século XIX e se remete ao Capitalismo Financeiro ou monopolista, no qual o capitalismo não exerce apenas influência para o seu país, abrindo a possibilidade da exportação de bens e serviços para outros integrantes do continente ou do mundo em troca de grandes quantias financeiras (IANNI, 2002). O Capitalismo financeiro tem como característica o surgimento no mercado de ações e traz como caráter de inovação a especulação, ocorrendo a criação das Sociedades Anônimas (CHESNAIS, 1996).

A quarta e última fase é conhecida como capitalismo informacional, surge no final do século XX com a 3ª Revolução Industrial. Essa modalidade do capitalismo está baseada na grande movimentação econômica gerada por produtos eletrônicos como celulares, *tablets*, computadores etc. Ocorre uma nova divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos (BARILARI, 2006).

A produção flexível, caracterizada pela produção com baixo custo e dosada, firmada com elevada qualidade, gera, de um lado, a possibilidade de aumento do

consumo e, de outro, o aumento do excedente que pode se traduzir em lucros. O poder que se estabeleceu na relação entre os sujeitos, baseado no processo produtivo e na experiência adquirida, possibilita a imposição da vontade de alguns sobre os demais, com a utilização de métodos que vão desde a violência até o uso de símbolos que fazem nascer os desejos humanos. Tudo isso só é possível a partir da aquisição de novos conhecimentos e a apropriação de informações (BARILARI, 2006).

Nas palavras de Castells (1999, p. 36-37),

[...] uma série de reformas, tanto no âmbito das instituições como do gerenciamento empresarial, visavam quatro objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público. A inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação. Pode-se afirmar que, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada: o gerenciamento flexível teria sido limitado à redução de pessoal, e a nova rodada de gastos, tanto em bens de capital quanto em novos produtos para o consumidor, não teria sido suficiente para compensar a redução de gastos públicos.

Deve-se acrescentar o fato de que todo o aparato organizacional, visando a proteção dos interesses das classes trabalhadoras, em especial os sindicatos, fora desmantelado como políticas de flexibilização dos mercados de trabalho, beneficiando somente a apropriação capitalista, em detrimento das garantias sociais conquistadas no período pós Segunda Guerra Mundial. Não só o trabalhador, mas o ser humano em geral, está em busca de uma identidade nessa nova realidade chamada aldeia global (CASTELLS, 1999).

A sociedade em rede aproximou os povos por um aspecto, mas os distanciou na medida em que estes não conseguem se reconhecer como parte desse processo global de produção, consumo e desejos, vez que a globalização integra o mundo por um lado, mas a riqueza produzida é ainda fator de exclusão social de enormes contingentes da população mundial, exclusões estas maquiadas por políticas compensatórias de inclusão precária que apenas amenizam as desigualdades, ou, muitas vezes, servem somente para mascarar o processo de aumento de pobreza e miséria globais (BARILARI, 2006).



A marca da globalização é exatamente a ampliação quantitativa e qualitativa da atividade humana, abrangendo setores de produção, em especial, dos mercados econômicos de bens e serviços, nos mercados financeiros, na geração e difusão de tecnologias, na padronização e regulamentação, no comportamento e modo de vida. Tal característica traz em seu cerne uma alta competitividade em âmbito internacional, tendo influência direta no mercado de trabalho.

## **2.2 Expressões contemporâneas da questão social**

O surgimento do termo “questão social” foi usado inicialmente em 1830 buscando evidenciar uma nova perspectiva da pobreza a qual se generalizava e ameaçava a ordem social. (Neto, 2001). Guerra evidencia que nas sociedades que remontam ao século X, a existência da pobreza não era uma preocupação para a ordem vigente. Conforme Castel existia uma proteção social como a rede familiar e/ou a vizinhança, ocorrendo a assistência aos indivíduos necessitados, colaborando assim para o “sentimento de pertencimento à sociedade”. Somente a partir do século XIV e XVIII, que a pobreza, tomou outro dimensionamento com a formação de uma “massa miserável e indigna de força de trabalho livre que se constituiu na base de estruturação da “questão social” (Castel, 2001, apud Guerra, 2015, p. 02).

Neto (2001, p. 43-44) afirma que:

Foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’, daí porque o uso dessa expressão está relacionado à emergência da classe trabalhadora, no cenário político. A partir dos acontecimentos políticos de 1848, o pensamento conservador se apropriou da expressão e ela tanto é naturalizada, como convertida “em objeto de ação moralizadora. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção.

Ferrarini (2008) assevera que o surgimento da pobreza como fator da questão social deu-se a partir das desigualdades geradas na relação entre capital e trabalho, sendo a “questão social” vinculada à sociedade burguesa e a miserabilidade cresce na mesma medida que ocorre a acumulação de capital, com a busca incessante pelo lucro.

Ainda conforme Ferrarini (2008, p 10):

O processo de acumulação se expressa através dos lucros, os quais sempre existiram em outras formas de trocas econômicas como, por exemplo, no comércio. No capitalismo, contudo, a acumulação é meio para acumular mais e tem efeito estabilizador da atividade econômica, independentemente, ou mesmo em detrimento, da satisfação das necessidades humanas de maior ou menor parcela da população.

Complementando tais assertivas Guerra (2015, p. 2) afirma que:

A riqueza em meio ao pauperismo é a tendência da ordem burguesa, isto é, a convivência contraditória entre pauperismo e abundância. Contudo, é a existência da luta de classes que relativiza tal relação, pois caso contrário, estaríamos fadados a reconhecer na história, a partir de uma perspectiva determinista, o elemento da inércia e da total submissão e, com isso, a impossibilidade de mudança.

Nos últimos anos, as perdas para a classe trabalhadora foram importantes não apenas do ponto de vista financeiro, mas também de sua saúde física e psíquica. Não é por acaso que Sennett (1999) denominou de “corrosão do caráter”, uma das principais consequências pessoais do modelo atual de organização do trabalho no capitalismo.

Conforme o autor, a corrosão do caráter diz respeito as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, o qual vive um novo momento caracterizado por uma natureza flexível, que ataca as formas rígidas da burocracia, as consequências da rotina exacerbada e os sentidos e significados do trabalho; criando uma situação de ansiedade nas pessoas, que não sabem os riscos que estão correndo e a que lugar irão chegar, colocando em teste o próprio senso de caráter pessoal (SENNETT, 1999).

No Brasil, Cerqueira Filho (1982) remete a “questão social” ao surgimento da classe operária. Diz ele que esta impôs, no curso da constituição da sociedade capitalista, um conjunto de “problemas políticos, sociais e econômicos”. Na obra seminal que trata da “questão social”, no período da Velha República, o autor identifica, a partir do discurso de vários políticos reconhecidos no cenário nacional, duas modalidades de tratamento dado pelo Estado à “questão social”, qual seja: ora como “caso de polícia”, ora como “questão política”.

O Estado brasileiro, no cumprimento do seu papel de responsável pela manutenção da ordem social, passa a controlar a “questão social” com medidas de correção, mediante a força da baioneta e das ideias. A forma de correção dos efeitos produzidos pelo desenvolvimento do capitalismo deixa de surtir os resultados

desejados, na medida em que as demandas daí oriundas vão se complexificando e tensionando as relações produtivas. Nesta mesma direção, Yamamoto e Carvalho (1986, p. 77) afirmam:

A questão social não é senão expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

Serão os anos 30 do século XX, momento em que as sequelas da exploração capitalista não podem mais deixar de serem reconhecidas como manifestações da questão social, estas ganham visibilidade no cenário político brasileiro, à luz de postulados liberal-democratas, como questão política. Expressão da luta de classes, agora tendo na base o modelo de substituição de importações, as expressões da “questão social” são enfrentadas pelo Estado brasileiro, através da criação de mecanismos de regulação social, dentre os quais se situam as diversas ações do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas. Ao mesmo tempo, essas formas de reprodução social se constituem em possibilidades de proteção do trabalho assalariado e garantem alguns direitos ao trabalhador.

Ao lado do crescente índice de desemprego e precarização do trabalho, novas formas alternativas de trabalho surgem como as associações de produção e distribuição de inspiração igualitária e democrática, sob as formas de cooperativas, pequenas empresas autônomas, empresas de autogestão, clubes de troca, entre outras denominações.

### 3. COOPERATIVISMO

Frente a limites e contradições do modo capitalista de produção e de trabalho e suas implicações nas relações de trabalho, outras perspectivas econômicas passam a ser experimentadas na contemporaneidade. O cooperativismo é uma dessas perspectivas, o qual será tratado neste capítulo em seus fundamentos epistemológicos, teóricos e ético-políticos.

#### 3.1 Pressupostos epistemológicos: Economia Substantiva e princípios de Karl Polanyi

A ideia de Polanyi é resgatar a história da formação dos mercados a fim de desvendar e (des)caracterizar certas ideias acerca do mesmo, revelando um novo olhar sobre as relações que fundaram e permeiam as relações econômicas., Para Polanyi, a economia é o local onde se busca a reprodução material da própria vida, voltando-se mais, a uma afinidade entre meios e fins com base no equilíbrio, do que a uma possível noção de insuficiência de recursos disponibilizados.

De acordo com Polanyi (2012), o embasamento do pensamento de Aristóteles se concentra em três pilares: comunidade, autossuficiência e justiça. Para Aristóteles (1985), a economia é uma questão de vida doméstica ou familiar. Sua preocupação fundamental diz respeito ao problema da subsistência e, por causa disso, a ideia de boa vida como uma acumulação utilitarista de prazeres físicos é rejeitada. Para ele, a verdadeira riqueza corresponde às coisas necessárias para sustentar a vida.

Após este pequeno resgate do pensamento aristotélico sobre economia, passa-se a análise do debate epistemológico de economia de mercado, a partir do pensamento de Karl Polanyi, objetivo desta pesquisa, através de sua teoria que trouxe uma nova forma de encarar o sistema econômico, questionando o sistema liberal e o seu mercado autorregulador.

Nesta linha de raciocínio, Panzutti (2011, p. 61) destaca que:

[...] Uma das principais referências das pesquisas sobre o mercado na atualidade é a obra de Karl Polanyi. Polanyi (1980) busca superar o naturalismo histórico na compreensão da gênese do sistema de mercado (...)  
 [...] Uma das perspectivas presentes na realidade das novas análises sociais e econômicas, entendendo-se o mercado enquanto construção social é a abordagem da questão do *embeddedness* (imbricamento) e a pressuposição

de que a vida econômica não pode ser entendida senão levando-se em conta as dimensões culturais e cognitivas das estruturas sociais e as instituições nas quais está inserida.

O conceito, resgatado e reformado por Granovetter (1985), a partir de Karl Polanyi, é uma demonstração dessa nova realidade. Essa concepção de Karl Polanyi se faz imprescindível, especialmente, quanto a sua crítica à teoria econômica regulada por um sistema globalizado de mercado, destacando ainda, sua defesa de uma economia moderna como resultado da atividade humana.

Na visão de Polanyi, o processo econômico é “instituído” porque está definido pela interação, empiricamente construída, entre o homem e seu ambiente, resultando na satisfação tanto das suas necessidades materiais quanto das psicológicas. O termo “instituído” pressupõe que as atividades sociais que formam este processo – exercido por movimentos de mudanças locacionais e ou apropriacionais – estão, concentradamente, contidas em instituições. Seus componentes econômicos, agrupados como ecológicos, tecnológicos ou societais, não interagiriam, nem formariam unidade e identidade estrutural, sem sua expressão institucional. (VINHA, 2001, p. 211):

O pensamento polanyiano considera fundamental o papel da regulação social sobre a economia, bem como a necessidade de construção de instituições democráticas. Afirma Lisboa (2008), que Karl Polanyi partiu do óbvio: não considerou a separação pessoa-natureza e situou a sociedade (e a economia) no contexto obrigatório da biosfera, superando a miopia dos esquemas analíticos da economia que, com frequência, ignoram outras realidades e outros esquemas interpretativos.

Neste contexto, Polanyi trouxe luz, ou ao menos uma perspectiva diferenciada, para a cegueira do pensamento econômico quando introduziu a dicotomia do conceito de economia em formal e substantiva. Destacou assim, que a palavra economia possui dois antagônicos significados.

No sentido formal preocupa-se com os meios para alcançar os resultados e a preocupação funda-se na escassez. Assim, o que importa é a sequência de atos em busca de maximização. Polanyi (1968, p. 140) explica que o significado formal deriva do caráter lógico da relação meios/fins, referindo-se a uma determinada situação de escolha, nomeadamente, aquela entre diferentes usos possíveis de um conjunto de meios induzida por uma insuficiência de tais meios. Já o sentido substantivo destaca a importância do homem em seu meio natural e social. Nesse sentido, o foco reside no intercâmbio entre o homem e o seu meio natural e social, o qual é capaz de satisfazer suas necessidades materiais.

Afirma Polanyi (1968, p. 139) que o significado substantivo deriva da dependência do homem relativamente à natureza e a seus congêneres para assegurar a sobrevivência, ou seja, refere-se ao intercâmbio com seu ambiente natural e social mediante o qual lhes são fornecidos os elementos materiais necessários para a satisfação das próprias necessidades.

Polanyi (2000) destacou ao menos três princípios de economia substantiva: reciprocidade, domesticidade e redistribuição. Tais princípios são fundamentados em valores como solidariedade, integração, respeito, ajuda mútua, cooperação e autonomia. O princípio da reciprocidade é baseado no conceito de Marcel Mauss (2004), compreendendo três momentos: dar, receber e retribuir. Para Aristóteles (apud Mauss, 2004), o princípio da domesticidade, diz respeito à produção para o usufruto do próprio grupo, associando-se diretamente ao sentido de economia.

E o princípio da redistribuição, baseia-se na centralidade, ou seja, na divisão do trabalho e do poder. “É a entrega dos produtos a uma autoridade institucionalmente investida, responsável pela distribuição em bases justas” (VINHA, 2003, p. 7). Nas sociedades modernas, a redistribuição é feita pelo Estado.

Nesse sentido, é essencial compreender a forma pelo qual o processo econômico é instituído em diferentes lugares e tempos, Em especial, neste trabalho, as cooperativas, como exemplo de instituição democrática. Essa aproximação com a realidade possibilita identificar como, e se, as relações não capitalistas, fundamentadas nos princípios de reciprocidade, domesticidade e redistribuição, sobrevivem em meio à relação capitalista.

Cabe ressaltar, a importância da instituição do processo econômico para Polanyi, registrando a ligação de seu pensamento aos ideais cooperativistas. De acordo com Machado (2012, p. 168):

Para Polanyi, a instituição (*instituting*) do processo econômico reveste o referido processo com unidade e estabilidade, produz uma estrutura com determinada função na sociedade, muda o papel do processo na sociedade – adicionando um significado à sua história – e centra o interesse nos valores, motivos e políticas. Unidade e estabilidade, estrutura e função, história e políticas dispõem, portanto, operacionalmente o conteúdo da asserção de Polanyi segundo a qual a economia humana é um processo instituído.

Dessa forma, pensar o modelo cooperativista na perspectiva da economia substantiva proposta por Karl Polanyi, fortalece a valorização do trabalho, uma vez que o mercado moderno está centralizado no trabalho assalariado, o qual vem sendo

questionado pela sua escassez. Portanto, no sentido substantivo de economia, o foco reside no intercâmbio entre o homem e o seu meio natural e social, o qual é capaz de satisfazer suas necessidades materiais. Nesta perspectiva é que o cooperativismo se adequa ao conceito substantivo de economia.

### **3.2 Abordagem do Cooperativismo no tempo: origem e evolução**

Conforme já mencionado anteriormente, a crise mundial iniciada em 1970 e a inflexão neoliberal que se seguiu, a partir do início da década seguinte, produziram taxas elevadas e persistentes de desemprego e índices crescentes de pobreza na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, mas principalmente nos países da periferia.

No campo dos movimentos sociais, com o refluxo momentâneo dos projetos socialistas a partir da desagregação da União Soviética, difundiram-se propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres, configurando certo retorno às concepções limitadas da fase inicial das lutas operárias surgidas nas primeiras décadas do século XIX.

Chamados de socialistas utópicos, esses pensadores deram os primeiros passos no desenvolvimento das teorias socialistas. Os seus principais representantes são Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier. Entre eles, percebe-se claramente a construção de uma sociedade ideal, na qual se defendia a possibilidade de criação de uma organização onde as classes sociais vivessem em harmonia ao buscarem interesses comuns que estivessem acima da exploração ou da busca incessante pelo lucro.

A utilização desse termo foi justificada pelo fato desses socialistas acreditarem que seria possível realizar a transformação da sociedade sem que houvesse um conflito entre burgueses e proletários. Em certa medida, a preocupação dos utópicos em resolver as desigualdades sem o choque entre as classes nos mostra uma influência da ótica liberal na perspectiva destes pensadores.

As primeiras bases do cooperativismo foram lançadas em 1808, pelo francês Charles François Marie Fourier, porém em termos práticos o movimento cooperativo só foi iniciado em 1844 na pequena cidade industrial de Rochdale, nas proximidades de Manchester, na Inglaterra, onde 28 tecelões se uniram com o intuito de lutar contra a crise industrial e pressões impostas pelo liberalismo econômico na Inglaterra do

Século XIX, e fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, *Rochdale Society of Equitable Pioneers*. Esta iniciativa ficou conhecida como o marco do cooperativismo no Mundo (ALVES, 2003).

Os 28 tecelões de Rochdale, pequena cidade na Inglaterra, constituíram cooperativas de consumo oferecendo gêneros de primeira necessidade aos associados. Para tanto, fixavam os preços de modo a não produzir lucro. E, nas assembleias, cada associado tinha direito a voto independente de sua participação no capital social da Sociedade Cooperativa. Esses tecelões tinham por meta, ainda, a construção de casas para os associados, por meio da ajuda mútua, e, também, arrendar terras para o cultivo agrícola, como meio de subsistência dos associados desempregados ou com salários baixos.

Nesse período registra-se uma menção importante a Robert Owen, que além de filósofo e pensador, era também proprietário de fábricas em cujas organizações procurou projetar suas preocupações com os problemas humanos e sociais (GRUPENMACHER, 2005, p. 21).

Apesar da anterior existência de algumas outras cooperativas, tais como as acima citadas, o marco principal do cooperativismo deu-se em 1771, com Robert Owen, “com quem o sentido de cooperação toma um rumo mais consciente”. Robert Owen é considerado o pai da moderna concepção de cooperação, e o pai da cooperação na Inglaterra. Foi com Robert Owen que o termo cooperação passou a ser utilizado, e foi ele quem lançou as bases para a constituição da cooperativa de Rochdale.

O sistema Owenista tinha como base cinco fases: filantropia patronal; intervenção estatal mediante reformas legislativas; comunismo agrário: criação de comunidades agrícolas sem propriedade privada; socialismo mutualista e cooperativo: funda em 1832 a bolsa nacional equitativa para operários, conquanto tenha durado dois anos; messianismo social postulado em sua obra “O novo mundo moral” (TEIXEIRA JUNIOR, 2002).

Porém, a cooperativa de Rochdale, pela primeira vez, verificou a adoção de medidas e regras básicas de funcionamento, a fim de evitar possíveis fracassos, verificados em outras associações similares, as quais seriam o gérmen dos princípios cooperativos, tendo por base o legado deixado por Owen e os reflexos causados pelo fracasso das associações precedentes (SILVA FILHO, 2002).

Percebe-se que a construção do ideal cooperativista foi influenciada pela indignação com as mazelas produzidas pelo capitalismo, podendo-se afirmar que



surgiu como uma doutrina de reforma social dentro desse modo de produção, propagando-se e desenvolvendo-se à mercê das ações do Estado (PERIUS, 2001).

Ainda nesse mesmo período, na França, Benjamim Buchez (1776-1860) e Louis Blanc (1811-1882) criaram, além de cooperativas de produção, associações de trabalhadores, nas quais os operários eram coproprietários e coadministradores. A partir de 1849, na Alemanha, foram constituídas as cooperativas de crédito e de consumo, tendo como fundador o alemão Herman Schulze (1808-1883) (POLÔNIO, 2001).

A evolução da relação capital/trabalho proposta pelos cooperativistas no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, realizado em Manchester na Inglaterra, levou ao estabelecimento dos “Princípios Básicos do Cooperativismo”, conforme a seguir: adesão livre e voluntária: as cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas; controle democrático: as cooperativas são controladas democraticamente pelos seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas; participação econômica dos sócios: contribuição equitativa e controle pelos sócios.

Além disso, propôs: autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas; educação, treinamento e informação: devem proporcionar educação, treinamento e informação aos seus sócios para que possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento; cooperação entre cooperativas: poderão atender melhor seus associados e fortalecer o movimento cooperativo, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais; preocupação com a comunidade: as cooperativas devem trabalhar pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

No Século XX, as cooperativas espalharam-se pelos países em oposição ao individualismo e ao materialismo econômico. Nos dizeres do professor Bulgarelli, o cooperativismo apresenta-se como um sistema reformista da sociedade, que quer obter o justo preço, abolindo o intermediário e o assalariado, através da solidariedade e da ajuda mútua. Para Bulgarelli, o principal objetivo do cooperativismo é o aperfeiçoamento moral do homem, pelo alto sentido ético da solidariedade, complementado na ação, pela melhoria econômica (BULGARELLI, 1998).

As cooperativas se tornaram, após anos de luta, sociedades de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento de um país, pois o cooperativismo permite que a sociedade aufera expressivos benefícios. Por isso que, governos

responsáveis devem introduzi-las como importante mecanismo para superar o subdesenvolvimento (NASCIMENTO, 2000).

As cooperativas são importantes primeiro porque permitem uma pedagogia, ainda dentro do capitalismo, da prática da “autogestão”, a aprendizagem é condição para se ter a possibilidade histórica de superação do capital, segundo porque na cooperativa há uma melhora das condições de trabalho e, em terceiro lugar elas diminuem o exército industrial de reserva, na medida em que geram trabalho e renda para os desempregados. (SINGER; SOUSA, 2000, p. 23):

De fato, não há como negar que as cooperativas podem desempenhar e estão desempenhando papel fundamental nas áreas econômica e social. O diferencial do cooperativismo do modelo de empresa capitalista é que os empreendimentos são de propriedade das pessoas que trabalham neles, sendo autogerido em conjunto, democraticamente, pelos seus cooperados. Seu sentido reside no trabalho e não no capital. Assim, o cooperativismo se baseia numa perspectiva social e econômica, no qual a participação democrática fundada na solidariedade é fundamento para o alcance de um objetivo econômico e social em comum.

### 3.3 Princípios do Cooperativismo

As Sociedades Cooperativas são regidas por Princípios como fonte essencial ao seu mister, os quais norteiam suas atividades e a relação entre os associados.

Os princípios cooperativistas exprimem o sentido social do sistema Cooperativo. Estão intimamente ligados aos ideais do cooperativismo e do justo preço, a fim da intermediação entre o comprador e o prestador de serviço, e o assalariado, consagrando a Lei os princípios da solidariedade e da ajuda mútua (BULGARELLI, 1998).

Foi no Estatuto dos Pioneiros de Rochdale que restaram consagrados os primeiros princípios de estrutura e funcionamento cooperativista, quais sejam, (i) livre adesão dos sócios, sem distinção de raça, cor, religião ou corrente política; (ii) direito de um voto por associado, sem possibilidade de representação; (iii) pagamento de juros limitados ao capital; (iv) distribuição aos associados, dos ganhos líquidos, proporcionalmente ao uso de bens e serviços na sociedade; (v) orientação para que as operações fossem feitas em dinheiro e à vista, impedindo que os cooperados assumissem obrigações, além de suas possibilidades orçamentárias; e, por fim, (vi)

reuniões frequentes dos associados com o objetivo de analisarem o desempenho da sociedade (ALVES, 2003).

Esses princípios esculpidos no Estatuto dos Pioneiros de Rochdale desempenharam papel tão vigoroso que são considerados, ainda hoje, essenciais para a construção do cooperativismo. É certo que a doutrina cooperativista não permaneceu estática. As cooperativas tiveram que reformular alguns conceitos básicos para se adaptarem perante as novas situações socioeconômicas e políticas.

Assim, mais recentemente, em Congresso em Manchester, na Inglaterra, foram reafirmados os princípios que devem nortear o sistema das sociedades cooperativas. Princípio da Adesão livre e voluntária, Princípio do controle democrático pelos sócios, Princípio da economia dos sócios, Princípio da Autonomia e independência, Princípio da Educação, treinamento e informação, Princípio da Cooperação entre cooperativas e o Princípio da Preocupação com a comunidade.

A adesão livre trata da liberdade de escolha em ser cooperado ou não. Assim sendo, ninguém é obrigado a fazer parte do quadro social de uma cooperativa e, também não é obrigado a continuar, caso não queira. A ACI define este princípio com os seguintes dizeres: “A adesão a uma sociedade cooperativa deve ser voluntária e aberta a todas as pessoas que possam fazer uso dos seus serviços e aceitem as responsabilidades inerentes à sua função, sem discriminações sociais, políticas, raciais ou religiosas”. Importante destacar a contraprestação que se impõe ao cooperado: ampla liberdade de adesão para quem quer ser cooperado, porém com comprometimento e responsabilidade quanto às suas funções.

Com relação ao controle democrático pelos sócios ou gestão democrática, os gestores do empreendimento cooperativo devem ser os seus próprios cooperados, garantindo a participação de todos os associados na administração. Nos dizeres de Koslovski (1987, p. 44), as decisões são tomadas em Assembleias Gerais, órgãos supremos das cooperativas, que deliberam democraticamente, em função do princípio majoritário – são as decisões da maioria que prevalecem em sociedades cooperativas, que assim são ‘controladas’, pelas pessoas que dela participam. A cada associado compete apenas um voto.

Quanto à participação econômica dos sócios, estes devem contribuir e controlar o capital de forma igualitária. Este princípio tem como objetivo a valorização do trabalho e do homem, fazendo com que ele se aproprie dos resultados do seu próprio esforço.

Com relação à autonomia e independência, as cooperativas devem sempre agir com independência e seu controle deve ser exercido pelos seus associados. A cooperativa deve tomar suas próprias decisões, democraticamente, sem interferências externas. Pela ACI, as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

Quanto à educação, formação e informação, todos os associados de uma cooperativa, independentemente da função, devem ter treinamento adequado e educação permanente sobre as doutrinas e princípios cooperativistas para o seu melhor desenvolvimento. Este princípio deve ser entendido como condição permanente de crescimento do cooperado, quanto mais conhecimento o cooperado tiver, mais empoderado estará. Schneider (2007, p. 69), afirma que este princípio é um dos mais importantes, representando de fato o que venha ser uma cooperativa:

Embora princípios cooperativos sejam hierarquicamente iguais, o princípio de educação é conhecido como “regra de ouro”, uma vez que sua existência e aplicação proporcionam o melhor entendimento dos demais princípios e valores cooperativos. É através da educação que se torna possível entender o conteúdo de tais princípios, elaborar estatutos, entender a lei das cooperativas, bem como os direitos e deveres dos sócios, e entender a sistemática do processo de funcionamento das cooperativas como instituição e empresa.

A Cooperação entre cooperativas ou Inter cooperação tem como objetivo fortalecer o sistema e atender aos objetivos em comum. Segundo a ACI, as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Já a preocupação com a comunidade resguarda o compromisso social das cooperativas. As cooperativas devem desenvolver econômica e socialmente as sociedades que estão incluídas.

De certo, o maior desafio do movimento cooperativista, hoje, é a aderência e conhecimento dos seus cooperados aos princípios cooperativistas, o que possibilita a autenticidade da cooperativa. De acordo com Braga et al., (2002), talvez a ideia dos princípios esteja para alguns longe da realidade, mas para outros seria o desafio de buscar, mesmo com dificuldades, a sua incorporação na sociedade brasileira,

agregando a eles a evolução do pensamento social para melhorar a organização da sociedade.

A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, (2002, p. 58) menciona a necessidade de trabalhos educacionais e sociais ao definir esse tipo de organização como uma sociedade de pessoas geridas por bases democráticas, que vise não somente suprir os seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais, objetivando a divulgação das políticas cooperativistas, a fim de aumentar a participação e adesão aos princípios e valores das cooperativas por parte dos associados.

A grande vantagem arrolada quando se fala em cooperativas é quando se discute organização trabalhista. Pois, possibilitam que os indivíduos excluídos (e por isso, com menos condições de enfrentar o mercado) possam aumentar sua competitividade e, com isso, melhorar sua renda ou sua condição de trabalho.

### 3.4 Cooperativismo no Brasil

No Brasil, o cooperativismo começou formalmente no final do século XIX em Ouro Preto – MG, onde foi criada em 1889, a primeira cooperativa dos funcionários públicos, uma cooperativa de consumo no modelo Rochdale (TEIXEIRA JUNIOR, 2002). Porém, conforme informa Márcia Costa Misi em seu estudo sobre a implantação do modelo cooperativista europeu no Brasil, sua gênese não é a mesma, detalhando que aqui o cooperativismo foi promovido pelas elites agrárias, e representou um movimento mais de imposição do que de cooperação, o que evidenciou o seu caráter conservador e demonstrou a utilização do instituto como forma de dominação entre classes (MISI, 2000).

A marca reformista do movimento limita-se às perspectivas de modernização da agricultura, permanecendo intocável a questão da propriedade da terra. Por isso, prevaleceu durante muito tempo o cooperativismo de serviços sobre a produção, modelo bem mais adequado à concentração fundiária (MISI, 2000, p. 121).

Essa deformação genética acompanhou o cooperativismo nacional ao longo de sua existência, marcadamente na sua estreita dependência e ligação com o poder público, fator de repercussão inclusive na disciplina legal sobre a matéria, que por um

longo período sustentou uma forte interferência estatal no funcionamento das cooperativas (SILVA FILHO, 2002). Para Vergílio Frederico Perius (2001), o ordenamento jurídico cooperativista pode ser dividido em três fases: a de constituição do ordenamento, 1903 a 1938, a intervencionista, 1938 a 1988 e, finalmente, a fase autogestionária, após a Constituição Federal de 1988.

É o Decreto Legislativo n.º 979, de 06/01/1903, o precursor da regulação, no Brasil, das atividades cooperativistas, embora alguns autores façam referência aos Decretos 796, de 02/10/1890 e 869 de 17/10/1890, concedendo autorização a militares para organizarem uma sociedade anônima sob a denominação de Sociedade Cooperativa de Consumo Doméstico e Agrícola.

Posteriormente, a Lei n.º 1637, de 05/01/1907 passou a regular os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas. Márcia Costa Misi (2000) sustenta que essa Lei inspirada pelos debates que antecederam a lei belga de 1873, foi a primeira tentativa de elaborar uma disciplina jurídica para o cooperativismo brasileiro. Polônio (2010) assinala que, dos 26 artigos que compunham esse diploma legal, apenas dezesseis eram destinados às cooperativas, revelando a moderação com que se tratava uma atividade tão importante.

Quanto ao tipo societário, Waldirio Bulgarelli (1965) ressalta que as cooperativas, seguindo as disposições da Lei n.º 1637, poderiam ser constituídas sob a forma de sociedades anônimas, em nome coletivo, ou em comandita, regidas pelas leis que regulavam cada uma dessas formas de sociedade. E assevera o descaso do poder público, vez que só era possível determinar três características que diferenciavam as sociedades cooperativas das demais sociedades comerciais.

Art. 11. São característicos das sociedades cooperativas: a) a variabilidade do capital social; b) a não limitação do número de sócios; c) a inacessibilidade das ações, quotas ou partes a terceiros, estranhos à sociedade.

O Decreto n.º 19.770, de 1931, conferia aos sindicatos o direito de organizar cooperativas, esboçando um movimento sindicalista – cooperativista que tentou concretizar-se nos anos seguintes, o que não se desenvolveu<sup>1</sup>. Já o Decreto n.º

---

<sup>1</sup> Art.5º - Além do direito de fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativas, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência, os sindicatos que forem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio serão considerados, pela colaboração dos seus representantes ou pelos representantes das suas Federações e respectiva

22.239, de 19/12/1932, foi o primeiro a compor um verdadeiro diploma cooperativista, sendo este regulamento um promotor do desenvolvimento autônomo do movimento cooperativista, pois apresentou a primeira definição legal sobre as cooperativas de trabalho, e permitiu a união dos operários da mesma classe com o objetivo de alcançar melhorias salariais e melhores condições de trabalho, sem a intervenção patronal (VEIGA, 2011).

Em 1934, o Decreto n.º 24.647 instituiu o cooperativismo sindicalista, estabelecendo as bases e princípios para a cooperação profissional e para a cooperação social, facultando auxílios diretos e indiretos às sociedades cooperativas, criando o patrimônio dos Consórcios profissionais cooperativos (LIMA JUNIOR, 2015).

Sempre foi intensa a intervenção estatal no sistema cooperativista brasileiro, presença está especialmente marcante no Estado Novo. A partir do Decreto-lei N.º 581, de 01/08/1938, verifica-se uma série de atos governamentais que denunciam ainda mais a marca intervencionista do poder público até o advento da lei 5.764 de 16/12/1971, sendo considerado por Misi (2000, p. 96) como “período de extrema interferência estatal nas cooperativas”.

O advento do Estado Novo, no entanto, desencadeia um período de extrema interferência estatal nas cooperativas, a partir da promulgação do decreto-lei 581 de 1938, que impôs a fiscalização das Cooperativas pelos Ministérios da Agricultura, Fazenda Trabalho e Comércio. A marca intervencionista do poder público foi preservada pelo decreto 6.980 de 1941, e pela lei 5.154 de 1942, ao indicar um órgão específico do Ministério da agricultura para realizar a fiscalização, o controle, a intervenção e o registro das Cooperativas. Tais medidas foram mantidas pela Lei 5.764 de 1971, legislação vigente que reflete o amadurecimento técnico do tema, absorve algumas reivindicações provenientes do movimento cooperativista organizado, mas ainda reflete as marcas de um estado autoritário (MISI, 2000, p. 97).

Nota-se uma preocupação do Estado em regular as atividades cooperativas, a fim de garantir uma forma de associação organizada e pautada pelos princípios cooperativistas, visto que a primeira vista, este tipo de sociedade se mostra muito diferente dos modelos aos quais os brasileiros estão acostumados. O sistema cooperativista tem o fito de melhorar e desenvolver o status econômico e social do homem, pessoa natural. Por meio da ajuda mútua de todos os cooperados busca-se

---

Confederação, órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionarem com os seus interesses de classe.

atingir melhores condições de trabalho, distribuição mais justa da riqueza e benefícios de caráter educativo, entre outros.

Assim, de modo similar ao que ocorre com as empresas comerciais e civis, as cooperativas, no interesse de se fortalecerem, sentem a necessidade de se concentrarem seja no sentido horizontal das relações intercooperativas, seja no sentido vertical da integração. Especificamente, a concentração de sociedades, no sistema cooperativista, tem uma estrutura federativa, em que o comando das decisões se exerce de baixo para cima. As cooperativas singulares constituem a base do sistema cooperativo, funcionam como órgão de ligação com pessoas ligadas ao mercado, artesãos, consumidores, produtores entre outros.

A Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, traz no art. 5º, as definições e possibilidade de objetos para a constituição de sociedades cooperativas, ou seja, determinando os tipos de serviços que podem ser prestados por cooperativas e as finalidades de sua constituição, seja para formar cooperativas de consumo, nos modelos de Rochdale, seja para exercer outras atividades permitidas pela legislação. Desta forma, o objeto da sociedade cooperativa pode ser de qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, sendo-lhes assegurado o direito de exclusividade, desde que utilizada a expressão "cooperativa" na denominação.

De acordo com a sua formação, as sociedades cooperativas podem ser consideradas singulares, centrais ou federações, ou confederações, dependendo do modo de constituição, se de associados individuais, de cooperativas singulares ou de federações de cooperativas. São consideradas singulares aquelas constituídas de pelo menos vinte pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. Centrais ou federações compreendem a reunião de três cooperativas singulares, no mínimo; e confederações, quando compostas de, no mínimo, três federações (NASCIMENTO, 2011).

As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados, sendo várias as denominações encontradas por modalidade de cooperativa: cooperativa de serviços, de prestação de serviços, de trabalho, de profissionais autônomos, de fornecimento de mão-de-obra, de consumo, de crédito, entre outras (GIL, 2002, p. 58).



Em todos os tipos de cooperativas, deve-se observar o princípio da dupla qualidade extraído do art. 4º da Lei n.º 5.764/71, que preconiza como essencial à forma cooperativista que associação ofereça trabalho ao associado e, ao mesmo tempo, forneça serviços e benefícios ao mesmo. Este princípio prevê que o cooperado é sócio e destinatário dos serviços prestados pela cooperativa, conforme preceitua Cícero Virgulo da Silva.

Não se pode esquecer, porém, que por ser primordial e fundamental, que a cooperativa de trabalho associado, além de, como as demais, resultar da *affectiosocietatis*, motivo pelo qual é constituída em função das pessoas que a compõem e do fato de ser dupla a participação do cooperado nas figuras de sócio e ao mesmo tempo de usuário dos serviços a que se destina prestar na cooperativa – a colocação de mão-de-obra ociosa dos sócios no mercado de trabalho -, em uma característica ímpar, que a distingue de todas as demais espécies de cooperativas, e que, se não conseguirmos alcançar esse entendimento, básico, preliminar, elementar e primário, jamais poderemos conceber a existência de cooperativas de trabalho, porque, como tem predominado na prática judiciária brasileira e, também, conforme infere-se de decisões conflitantes do judiciário espanhol, o sócio da entidade será considerado empregado desta, fato que não corresponde à realidade (SILVA FILHO, 2002, p. 145).

Nesse ínterim segue o entendimento do princípio da retribuição pessoal diferenciada, que significa dizer que a cooperativa somente se justifica se oferecer aos seus associados a oportunidade de auferir ganho superior àquele que teria se ofertasse sua força de trabalho isoladamente. De acordo com os princípios que regem as cooperativas de trabalhadores, por exemplo, eles são proprietários da empresa e participam diretamente e em condições de igualdade nas decisões fundamentais da mesma, independente do montante de sua participação no capital. Neste sentido as cooperativas de trabalhadores visam superar a divisão entre capital e trabalho – e o esquema de propriedade individual e a administração hierárquica que a acompanham – características das empresas convencionais (SANTOS, 2002).

Este princípio não será atendido no caso de existência de aumento ínfimo no ganho individual do cooperado, insuficiente para compensar todos os direitos trabalhistas, que seriam exigíveis se ele ostentasse a condição de empregado. Isto porque tal situação configuraria um prejuízo para o trabalhador cooperado, que não se ajusta aos ideais cooperativistas de melhoria socioeconômica da classe operária. Isto é o que distingue e caracteriza essa modalidade de sociedade de pessoas que, por não perseguir o lucro, busca apenas assegurar a seus associados melhor

remuneração e condições de trabalho, nos ensinamentos de Wilson Alves Polônio (2011).

Além disso, as sociedades cooperativas distinguem-se das demais pela impossibilidade de acesso às quotas-partes do capital por terceiros estranhos à sociedade, e pela singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, as federações e as confederações de cooperativas optarem pela proporcionalidade, exceto as que exerçam atividade de crédito (GIL, 2012).

É obrigatório também o retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, como forma de distribuição equânime da renda, a fim de atingir os objetivos do cooperativismo, bem como, a exigência de um quórum para o funcionamento e para as deliberações da Assembleia Geral, baseado no número de associados e não no capital. A indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social é requisito *sine qua non* das sociedades cooperativas, e também a neutralidade política e a indiscriminação religiosa, racial e social (POLONIO, 2011).

A prestação de assistência aos associados é essencial à atividade das cooperativas, bem como aos empregados, quando previsto nos estatutos. A possibilidade de admissão de associados está limitada às possibilidades de gerenciamento e bom funcionamento da sociedade. A fundamental missão do sistema cooperativo é o de amparar e fomentar a situação socioeconômica das pessoas físicas associadas nas cooperativas. Diferencia-se, assim, nitidamente dos trustes entre empresas, outras formas de concentração econômica, do sistema capitalista, cujo comando das decisões se exerce de cima para baixo, de sorte que as empresas concentradas são comandadas por uma entidade-chefe, que controla as demais por força de sua posição majoritária. Assim, a concentração no sistema cooperativo ocorre de forma nitidamente oposta àquela das empresas. Destaca-se que esta diferença é de extrema relevância para a compreensão do funcionamento do sistema cooperativista como um todo.

O sistema cooperativista tem por objetivo assegurar aos associados das cooperativas, destinatários finais e seus benefícios, um tratamento econômico de inteira equidade, usufruindo cada qual dos resultados da cooperação, não na proporção das quotas de capital que possua na cooperativa, mas em função do montante das relações negociais que com que ela tenha mantido durante o exercício social, na dupla qualidade de “associado” e “cliente”. Dessa forma em virtude da

responsabilidade na divisão da proporção das quotas de capital, os cooperados podem optar por duas, quais sejam, responsabilidades limitada ou ilimitada, dispondo expressamente a opção no Estatuto de cada cooperativa.

## **4. EMPODERAMENTO**

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais aspectos do empoderamento. Inicia-se a seção com uma abordagem histórico-conceitual do instituto, passando por suas principais dimensões, quais sejam: pessoal, organizacional e sociopolítico.

### **4.1 Abordagem histórico-conceitual**

Conforme Lisboa (2003), a categoria empoderamento surge a partir da década de 1990, exercendo forte influência no meio acadêmico, para analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social como ecológico, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações-problema e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como socioestruturais.

Empoderamento não significa um atributo que se pode possuir ou não, trata-se de um conceito que ajuda na compreensão de processos sociais referentes a possibilidades de ascendência econômica, cognitiva, psicológica ou política (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Empoderamento pode ser entendido, de modo geral, como ações dos indivíduos quando participam de espaços de decisões e de consciência dos direitos sociais, podendo resultar na superação de dependência social. Na visão de Friedmann (1996), empoderamento pode ser considerado como “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Friedmann destaca, ainda, três pilares do empoderamento: o social, o psicológico e o político, que constituem uma tríade intermitente.

Para Foucault (1979), os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa. Assim, Foucault entende o poder através de suas relações, com instrumentos capazes de coagir, disciplinar e controlar as pessoas.

Paulino José Orso (2007) explica que para Foucault, na modernidade, à medida em que foram mudando as relações sociopolíticas e econômicas, também foram sendo produzidas novas relações de poder, mais adequadas às necessidades do poder dominante. Este processo atinge tal grau de eficiência, complexidade/simplicidade que o poder parece adquirir vida própria, como se prescindisse dos indivíduos.

Através do aparato ideológico, burocrático e bélico, o poder se exerce, coagindo e fazendo com que os indivíduos se submetam, pois, apesar de o poder parecer invisível, adquire força na medida em que os indivíduos se transformam numa espécie de correia de transmissão e de reprodução. De acordo com essa concepção, o poder de uma forma rude e grosseira, evolui e apresenta-se de forma sofisticada e sutil.

#### **4.2 Empoderamento: uma alternativa na categoria de análise**

A categoria empoderamento vem sendo utilizada nas últimas décadas no âmbito de investigações sobre formas alternativas de desenvolvimento, como o “desenvolvimento humano sustentável”, “desenvolvimento humano saudável”, “desenvolvimento deliberativo” ou desenvolvimento local; nas práticas e na bibliografia sobre movimentos de base, notadamente nas análises sobre gênero; e entre ativistas de grupos étnicos, configurando um novo paradigma em termos de processo de desenvolvimento. Entretanto, sua generalização ocorreu recentemente, embora sua conceituação seja ainda difusa e pouco clara na maior parte dos trabalhos de investigação que o utilizam.

O enfoque dado à questão do empoderamento está relacionado ao fortalecimento dos atores sociais, assumindo-se que o problema do desenvolvimento não se traduz simplesmente em carências ou precariedade de recursos, mas na existência de oportunidades sociais, políticas e econômicas, no sentido dado por Amartya Sen (2000), de expansão das capacidades humanas (*capabilities*) e das liberdades reais.

Segundo o autor, a condição de agente dos indivíduos (e em particular a das mulheres) é central para lidar com as privações materiais e não-materiais a que se encontra submetida uma vasta parcela da população humana. Sob essa abordagem, portanto, os indivíduos são vistos como “agentes ativos de mudança, e não como

recebedores passivos de benefícios” (SEN, 2000, p.11). Assim, ao invés de um enfoque apenas na renda, Sen enfoca as capacidades individuais, sendo que a igualdade de oportunidades requer uma igualdade de capacidades; nesse sentido, a pobreza representa "a carência de realização mínima de algumas capacidades elementares" (DUPAS, 1999, p.29), ou o "fracasso das capacidades básicas para alcançar determinados níveis minimamente aceitáveis" (DUPAS, 1999, p.30). O ponto central desse enfoque reside na constatação de que a pobreza não se refere exatamente a uma escassez de bem-estar, mas sim à incapacidade para se conseguir bem-estar pela ausência absoluta dos meios necessários.

Entretanto, se, por um lado, para Sen, as capacidades individuais podem ser expandidas através de políticas públicas, por outro lado, de maneira reflexiva, a orientação dessas políticas pode ser influenciada pela canalização efetiva das capacidades de ação e participação popular. Nessa relação de mão dupla, o aperfeiçoamento de iniciativas dos indivíduos, ou seja, do “papel positivo da condição de agente livre e sustentável” leva, conseqüentemente, à eficácia social (SEN, 2000, p.26).

Embora Sen não utilize a designação de empoderamento, pode-se inferir semelhança a essa noção no processo que ele descreve, e na relevância concedida ao aspecto de condição de agente individual, entendido como o de alguém que age ocasionando mudanças, sendo guiado por seus próprios valores e objetivos. Nessa condição de agente está embutido o potencial de cada pessoa de cuidar de si mesma, isto é, a posição do indivíduo como sujeito do seu próprio desenvolvimento e a capacidade de influenciar o seu entorno, como catalisador de transformações sociais. Assim, pode-se falar em empoderamento individual e coletivo, onde respectivamente cada pessoa e o grupo o qual ela pertence se fortalece.

Por outro lado, a ideia de empoderamento está conectada ao processo de obtenção de um patamar mínimo de bem-estar, configurado não só em termos de segurança econômica e de reconhecimento social, individual e coletivo, mas também como aumento da consciência, força interior, auto-estima, capacidade de decisão e liderança e outras qualidades pessoais. Nesse sentido, a conquista da autonomia se coloca como uma das dimensões básicas do empoderamento, percebida como “uma vasta gama de valores e de experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, de um grupo específico ou de um conjunto político maior” (CATTANI, 1997, p.27).

Sob o ponto de vista do desenvolvimento humano relacionado a processos de empoderamento, observa-se que diferentes culturas e sociedades têm percepções distintas sobre o que é mais relevante e indicativo em cada processo específico. Assim sendo, podem-se incluir opções diversas para restaurar, manter e melhorar a condição de agente individual.

Nas diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, fortemente influenciado pelas concepções de Sen, o desenvolvimento humano consiste em “um processo de ampliar escolhas (no sentido de oportunidades) das pessoas, bem como de elevar o nível de bem-estar”, ou seja, no sentido de melhorar sua qualidade de vida (BRASIL, 1997, p.15). Por sua vez, pensando a qualidade de vida como um conceito multidimensional, que abrange tanto aspectos materiais como não-materiais, pode-se incluir a autonomia e a autodeterminação sobre a própria vida como fatores-chave para transformar a qualidade de vida de populações em risco social (crianças e jovens pobres, população idosa).

Podem-se enumerar fatores encarados como essenciais nos processos de empoderamento, que geram mudanças estruturais nas comunidades, como participação, equidade, resgate de identidade, corresponsabilidade, desenvolvimento do capital humano e do capital social, prestação de contas/controlado cidadão, tomada de decisões e cuidados com o meio ambiente.

### **4.3 Dimensões do empoderamento**

No processo de empoderamento há duas faces, interdependentes: a dimensão psicológica e a dimensão política. A primeira refere-se ao desenvolvimento de um determinado modelo de autorreconhecimento, através do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de autovalorização e autoestima (STARK, 1996).

A segunda implica na transformação das estruturas sociais visando à redistribuição de poder, produzindo mudanças das estruturas de oportunidades da sociedade. Nessas dimensões do empoderamento, o desenvolvimento de competências e da capacidade de enfrentar situações difíceis ocorre nos espaços da micropolítica cotidiana e é fortalecido no espaço da política macro, à medida que as pessoas se apropriam de habilidades de participação democrática e do poder político de decisão (HERRIGER, 2006).

Para Friedmann (1996, p. 125), o empoderamento está assentado sobre uma tríade interligada, centrada no sujeito e na unidade doméstica, ligada a outras unidades, formando uma rede social de relações empoderadoras que, “devido ao reforço mútuo, tem um potencial extraordinário para a mudança social”. Zimmerman e Rappaport (apud SILVA e MARTÍNEZ, 2004) compreendem o empoderamento como um processo que inclui potenciais e competências individuais, sistemas de ajuda e práticas pró-ativas e questões relacionadas a mudanças sociais e políticas.

A interdependência entre as mudanças que ocorrem em nível pessoal, grupal e estrutural é que garante consistência ao processo de empoderamento. Se, por um lado, esse processo concretiza-se no cotidiano dos indivíduos, no tempo e espaço onde estes reconhecem necessidades e potencialidades que os despertam e viabilizam o crescimento de habilidades individuais e coletivas, por outro lado, ele concretiza-se no contexto social, espaço e tempo de desenvolvimento de estratégias de apoio mútuo e de auto-organização, “que reforçam a consciência política através de ações sociais e viabilizam a participação coletiva nas decisões sociais e políticas” (STARK, 1996, p. 77).

#### 4.3.1 Dimensão pessoal

No nível pessoal ou psicológico, a unidade de análise são os indivíduos. Um dos aspectos centrais nesse nível é a mudança de mentalidade a partir da percepção do sujeito das próprias forças, que resulta em um comportamento de autoconfiança. Em sua análise crítica sobre o emprego que diferentes autores têm realizado sobre o conceito de empoderamento, Carvalho (2004) considera que o empoderamento psicológico tem revelado uma perspectiva filosófica individualista que tende a ignorar a influência dos fatores sociais e estruturais.

Compreender que o empoderamento se resume a um sentimento experienciado individualmente de maior controle sobre a própria vida revela uma visão fragmentada sobre a condição humana, no momento em que desconecta, artificialmente, o comportamento dos homens de seu contexto de inserção sociopolítico.

Essa abordagem pode trazer riscos aos atores que decidem e implementam as políticas públicas, entendendo que esse nível contribui, no máximo, para produzir uma autonomia regulada, podendo justificar a redução da prestação de serviço social. Por



outro lado, se reconhece no empoderamento comunitário a possibilidade de indivíduos coletivos desenvolverem competências para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades e um pensamento reflexivo que qualifica a ação política, como veremos ao abordarmos o nível estrutural ou político (HERRIGER, 2006).

A experiência do empoderamento psicológico ocorre quando a pessoa vivencia seu poder em situações de carência ou de ruptura. Através dessa vivência, ela reconhece não apenas recursos e possibilidades pessoais ou coletivas, mas também sua capacidade em sair de uma posição de impotência e resignação, muitas vezes pré-determinada por um script social, convertendo esse conhecimento em ação social e na conformação de seu entorno. Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar em seu cotidiano incertezas, adversidades e situações de risco (WALLERSTEIN, 2006).

Para avaliar esse nível, é necessário compreender como cada pessoa percebe, experiência e enfrenta situações de ruptura ou ameaça; quais as competências que ela desenvolveu, como motivou-se para agir e que mudanças favoráveis essas experiências produziram, garantindo persistência e sustentação ao processo (HERRIGER, 2006). É necessário reconhecer, no entanto, que o empoderamento pessoal não se realiza de forma independente, mas implica um processo de integração na comunidade, em que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo, contribuindo para fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento.

#### 4.3.2 Dimensão organizacional

A dimensão organizacional refere-se às organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras (como parentesco, grupos de vizinhança, igrejas, entidades de serviços), as quais oferecem oportunidades para adquirir novas ferramentas, desenvolver um sentido de confiança e de comunidade, e melhorar a vida comunitária (SILVA e MARTÍNEZ, 2004). O poder da comunidade não existe a priori, deve ser organizado em função de objetivos que respeitem a cultura e a diversidade, que criem laços de pertencimento e identidade (GOHN, 2004).

Quanto maior o acesso a bases de produção doméstica – como informação, conhecimento, participação em organizações comunitárias, além dos recursos financeiros –, maior a capacidade de estabelecer e alcançar objetivos (Friedmann,

1996). É no circuito privado de relações que são mobilizados recursos de ajuda para a vida e proteção emocional, de fundamental importância em situações difíceis de enfrentamento (STARK, 2006).

O processo de empoderamento em nível organizacional implica em processo de fortalecimento da organização como um todo para alcançar objetivos e metas, como sistema ou unidade. Nesse nível são proporcionadas experiências de liderança compartilhada, tomada de decisão compartilhada e ações de comunicação e apoio eficazes, distribuição de papéis e responsabilidades segundo a capacidade de cada um, troca de informações e recursos, gestão adequada em função do crescimento e desenvolvimento organizacional (SILVA e MARTÍNEZ, 2004).

É no território que se localizam instituições importantes para o cotidiano da comunidade. É ali que se concentram energias e forças sociais, e onde é gerado capital social, como solidariedade e coesão social, “forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social” (GOHN, 2004, p. 24). Alguns autores diferenciam organizações empoderadoras (*empowering*) de instituições empoderadas (*empowered*), ou seja, entre aquelas que favorecem e apoiam seus membros em processos de empoderamento pessoal e coletivo, e aquelas que desenvolveram um processo de empoderamento organizacional que se revela em sua capacidade de envolver-se em interesses sociais ou políticos (STARK, 2006).

Essas condições podem ocorrer de forma desarticulada: uma organização ou um grupo pode objetivar apenas ampliar e fortalecer os recursos e as possibilidades de seus membros, o que não gera automaticamente influência política e social sobre as condições de seu entorno. No entanto, uma organização ou um grupo pode ter um alto grau de influência política, o que pode ter um baixo impacto sobre o desenvolvimento de capacidades entre seus membros. Mais do que o resultado, é a experiência vivenciada pelos membros que promove e concretiza o empoderamento.

Portanto, o empoderamento organizacional requer estruturas participativas de decisão que promovem a autoconsciência, o reconhecimento e o emprego das próprias competências; reduzem o conflito de papéis, e melhoram a satisfação entre os membros do grupo ou organização (STARK, 2006).

Quatro características básicas são encontradas nas organizações empoderadoras: crer em seus membros, proporcionando um clima de crescimento e confiança; propiciar um sistema de liderança compartilhada que beneficie tanto as pessoas como a organização; oferecer oportunidade de exercício de múltiplos papéis

e oferecer apoio social. Uma organização empoderada é aquela que trabalha em rede, influencia políticas, alcança suas metas, desenvolve formas para aumentar sua efetividade, etc. (SILVA E MARTÍNEZ, 2004).

#### 4.3.3 Dimensão estrutural

Empoderamento estrutural enfatiza a dimensão sociopolítica da conformação da vida social. Pode ser traduzido como um processo conflituoso de redistribuição de poder político, em cujo percurso pessoas ou grupos renunciam a uma posição de dominação e se apropriam de habilidades de participação democrática e de poder político de decisão (HERRIGER, 2006). Entende-se como empoderamento político o “acesso dos membros individuais de unidades domésticas ao processo pelo qual são tomadas decisões, particularmente as que afetam o seu futuro como indivíduos” (FRIEDMANN, 1996, p. 34).

Os indivíduos manifestam sua voz não apenas em assembleias locais, mas também misturada com as muitas vozes de associações políticas maiores, como o movimento social, o sindicato, o partido político etc. A prática do empoderamento político prevê a saída das pessoas de uma situação de resignação e impotência e sua reapropriação de poder; o ganho de força em prol de projetos coletivos de auto-organização; o desenvolvimento de instrumentos eficazes para o engajamento de cidadãos (HERRIGER, 2006).

Carvalho (2004) identifica a presença de fatores relacionados ao empoderamento comunitário – equivalente ao empoderamento estrutural – situados em distintas esferas da vida social. No plano individual estão presentes microfatores, a exemplo da autoconfiança e da autoestima; na mesosfera social são encontradas estruturas de mediação nas quais os membros de um coletivo compartilham conhecimentos e ampliam a sua consciência crítica; e no nível macro há estruturas sociais como o estado e a macroeconomia.

O empoderamento estrutural ou político requer um processo prévio de empoderamento social, uma atmosfera favorável à participação efetiva de todos os cidadãos nas decisões políticas relevantes. As condições estruturais são conformadas de forma a promover a interação e o mútuo apoio entre indivíduos e organizações, entre organizações governamentais e não governamentais, visando melhorar as condições de vida e o alcance de objetivos pessoais e coletivos (STARK, 2006).

Em última análise, [...] os ganhos em poder social devem ser transferidos para poder político efetivo, de forma que os interesses das unidades domésticas e das localidades possam ser efetivamente defendidos e aceitos na macroesfera da política regional, nacional e mesmo internacional (FRIEDMANN, 1996, p. 36). Os governos local, estadual e nacional são atores essenciais na geração de estruturas favoráveis e no desenvolvimento de estratégias de empoderamento, incluindo transparência administrativa e distribuição equitativa de recursos e serviços às comunidades (WALLERSTEIN, 2006).

São recursos que apoiam processos de empoderamento: a criação de estruturas de participação da sociedade civil, a governança eficiente, a garantia de direitos humanos, o desenvolvimento favorável à superação da pobreza e a transformação das condições e das políticas socioeconômicas. Como orientação de valor, o empoderamento nesse nível aplica os fundamentos éticos de justiça social e da redução de iniquidades que requerem transformações estruturais.

Nesta perspectiva, a cooperativa é um espaço de decisão e de tomada de consciência dos direitos sociais. A experiência da prática do cooperativismo poderá contribuir para o empoderamento dos cooperados, uma vez que a ação coletiva intensifica tal processo. A importância do empoderamento do cooperado através da vivência do cooperativismo está na possibilidade de aumento do poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam o dia a dia de uma cooperativa. E isso só é possível através da vivência dos princípios cooperativos.

#### 4.4 Identidade e profissão como forma de empoderamento

Para a compreensão dos aspectos de construção de um grupo, como categoria que exerce preferencialmente uma determinada atividade, é necessário recorrer às delimitações dos conceitos de profissão e de identidade, e, especificamente, de identidade profissional. A discussão conceitual sobre a diferença entre profissão e ocupação é tratada por Bonelli e Donatoni (1996), com referência à bibliografia anglo-saxã. Nesta, o termo profissão limita-se às atividades que requerem um título superior para o seu desempenho, na acepção, portanto, de que "profissionais" são tão somente os detentores de um diploma de curso superior, utilizado por estes para a conquista de postos no mercado de trabalho.

Pelo fato de que os estudos sobre profissão são originários da Inglaterra e dos Estados Unidos, manteve-se o entendimento, na Sociologia das Profissões, de que os não portadores de um título superior possuem apenas uma ocupação. Embora essa distinção tenha sido verificada já nos primeiros trabalhos realizados no Brasil sobre as carreiras profissionais, Bonelli e Donatoni asseveram não terem "a pretensão de ignorar as disputas em torno da classificação, bem como as lutas pela inclusão ou exclusão desta ou daquela atividade do universo profissional" (BONELLI; DONATONI, 1996, p.111). Por outro lado, as autoras mencionam, na sua resenha, os trabalhos de Pereira e Kawamura, os quais apresentam uma visão dicotômica do mundo profissional, no contexto de "uma concepção sociológica que vinculava as profissões com uma tendência a virem aderir a um dos blocos polares da sociedade: a burguesia ou o proletariado" (BONELLI; DONATONI, 1996, p.125).

A distinção entre profissões e ocupações, contudo, é abordada por Barbosa (1993), "não pelo conteúdo do seu saber, mas pela correlação de forças sociais vigentes que define o arco de possibilidades de cada uma delas" (BARBOSA, 1993, p.24). Citando Wilensky, Machado (1995) indica os critérios que definem uma profissão, diferenciando-a da ocupação através do "caráter técnico da tarefa do profissional" e da existência de "normas e regras profissionais em que ele se orienta para executar sua tarefa" (WILENSKY apud MACHADO, 1995, p.18). Assim sendo, a institucionalização de uma profissão envolve cinco passos, a saber:

- a transformação da atividade em uma ocupação de tempo integral;
- a criação de escolas de treinamento, para que o conhecimento específico relativo à atividade seja repassado de forma sistematizada e universal;
- a formação de associação profissional;
- regulamentação da profissão;
- e, por fim, a adoção de um código de ética, com normas e regras profissionais (WILENSKY apud MACHADO, 1995).

Cohen observa que a pertinência a um grupo com um conjunto de crenças, normas e tradições particulares, onde exista o reconhecimento mútuo de uma identidade concreta, é fator essencial para o pleno desenvolvimento e expressão da personalidade do indivíduo.

Por outro lado, admitindo-se que as identidades pessoais são construídas a partir da cultura a qual o indivíduo está vinculado, e que a identidade grupal é parte constitutiva da identidade individual de cada um dos membros do grupo, a autora ressalta que os indivíduos podem pertencer a grupos diversos, exercendo distintos

papéis sociais. Conseqüentemente, “as fontes e insumos da identidade individual são múltiplas e heterogêneas” (COHEN, 1999, p.342).

Fredrik Barth, que se deteve no estudo da organização social das diferenças culturais, reportando-se à pesquisa sobre grupos étnicos, oferece uma perspectiva inovadora ao substituir “a concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica”.

Para tanto, como mostra Lapierre, Barth:

[...] entendeu muito bem e faz entender que essa identidade, como qualquer outra identidade coletiva (e assim também a identidade pessoal de cada um) é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não (LAPIERRE, 1998, p.11).

Nessa abordagem, portanto, a questão que se coloca é a de desvelar a essência dos processos de organização social pelos quais se mantêm permanentemente as diferenças entre “nós” e os “outros”, mesmo em face de processos de mudança das diferenças que dão legitimidade e justificativa à alteridade. Assim, a entidade tem um caráter evolutivo, no sentido de que não constitui “um conjunto intemporal, imutável de traços culturais”, como crenças, valores, vestuário, rituais e símbolos, mas, ao contrário, ela pressupõe a ocorrência de interações entre o próprio grupo de referência e os outros grupos, provocando transformações na organização social (LAPIERRE, 1998, p.11).

Para Barth, os traços que os indivíduos e grupos têm em conta “[...] não são a soma das diferenças ‘objetivas’ mas somente aquelas que os próprios atores consideram como significantes” (BARTH, 1998, p.194); a problemática da etnicidade proposta pelo autor coloca, igualmente, o questionamento sobre como são mantidos os limites entre os grupos mesmo em face de mudanças sociais, políticas e culturais. Por outro lado, a manutenção de grupos étnicos em contato “[...] implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais (BARTH, 1998, p.196).

No aspecto de identidade profissional, reconhece-se a centralidade do trabalho na constituição das identidades individuais e grupais nas sociedades contemporâneas. O papel social de trabalhador configura um dos aspectos de maior importância para o desenvolvimento da personalidade humana. Como aponta Jacques:

[...] essa identidade, associada a outros atributos socialmente valorizados e julgados como constitutivos do ser humano pelo imaginário social, mostrasse, à consciência do sujeito, como um elemento definatório de grande significação na identidade psicológica (JACQUES, 1997, p.128).

A construção da identidade profissional inicia-se desde a infância, pela identificação da criança com o modelo adulto ou mesmo através da entrada direta no mercado de trabalho, sendo que, para o adulto, estar inserido no mundo do trabalho representa um “atributo de valor em uma sociedade pautada pelo mérito produtivo” (JACQUES, 1997, p. 129). Desse modo, a identidade profissional pode ser compreendida como um processo dialético onde a identidade pessoal interage com a identidade social, e que resulta na “consciência de pertencer a determinado grupo social” (JACQUES, 1997, p. 130), no caso, um grupo de trabalho, com suas normas e códigos próprios.

Características como tipo de formação, reprodução profissional, status legal, habilidades especiais, códigos, normas, cultura organizacional e até termos de linguajar técnico-profissional fazem parte do elenco de atributos que concedem identidade a categorias profissionais diversas. Exercer uma determinada atividade e conviver dentro de um contexto específico de relações sociais corresponde a “modos de ser”, “que qualificam os pares como iguais”. Contudo, algumas atividades, tipos de trabalho ou categorias profissionais desprestigiadas socialmente ocasionam atributos de “desqualificação ao eu” (JACQUES, 1997, p.130).

Outro aspecto diferenciado diz respeito ao investimento que as empresas fazem em relação aos trabalhadores, em termos de capacitação e treinamento: dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, não importa somente o que cada trabalhador faz, mas quem faz. Essa distinção leva a que os empregadores, na maior parte dos casos, invistam menos e contemplem com menos promoções às trabalhadoras do que os trabalhadores. Conseqüentemente, como evidencia Souza-Lobo, na identidade do trabalhador de sexo masculino está embutida, de maneira mais concreta, a possibilidade de desenvolvimento profissional, enquanto a identidade da trabalhadora mulher não implica necessariamente na construção de uma carreira (SOUZA-LOBO, 2011).

Segundo Heleieff Saffioti (1976, apud SILVA FILHO, 2002) existe naturalmente uma divisão sexual do trabalho, colacionando as profissões ou cargos subalternos que devem ser exercidos por mulheres. A autora assegura que:

[...] a valorização da força física do homem serve de justificativa à hierarquização dos sexos, [já que os] preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital. (Saffioti 1976, apud SILVA FILHO, 2002, p. 47).

Ainda sobre o assunto:

[...] a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera da exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres. (HIRATA, 2002, p. 277).

Verificam-se, portanto, as relações sociais derivadas do sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis e funcionam como práticas que até os tempos atuais segregam as mulheres.



## 5. METODOLOGIA, OBJETO E OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo deste capítulo é, primeiramente, apresentar os dados gerais que envolvem o universo empírico pesquisado. Inicialmente, destacam-se alguns dados sobre o cooperativismo no Distrito Federal. Apresentou-se também: a questão da pesquisa, os seus objetivos e as opções que foram tomadas durante a pesquisa em relação à metodologia.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e parte da observação do cooperado enquanto sujeito social e sua relação com a cooperativa. A pesquisa qualitativa centra-se na explicação das dinâmicas sociais. Para GOLDENBERG (1997, p. 34) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14) .

A pesquisa quanto à natureza é básica, vez que “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Isso porque, visa estudar a Cooperativa como instrumento de empoderamento do cooperado, numa perspectiva dos princípios cooperativistas.

O estudo tem objetivos do tipo descritivo. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de

estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). A presente pesquisa é descritiva, vez que foi realizado um trabalho *in loco* em cooperativa.

Essa pesquisa utilizou a metodologia em três etapas. A primeira fase é a chamada de exploratória, no que concerne aos procedimentos nesta fase, a pesquisa possui características documental e bibliográfica. Para Gil (2002, p. 44), os exemplos mais característicos de pesquisa bibliográfica são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Dessa forma, no presente trabalho baseou-se em referências teóricas já publicadas estudos já realizados sobre o assunto.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Para fundamentação teórico metodológica da pesquisa foi realizado levantamento de material publicado em livros, teses e dissertações, revistas, dados estatísticos, Anais de Congressos sobre Cooperativismo e relatórios da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Tendo em vista a necessidade de recorrer a documentos de referências da Cooperativa mencionada, foram analisados os seguintes documentos: termo de adesão, ficha de matrícula, proposta de admissão, termo de responsabilidade do cooperado de cooperativa, bem como dados estatísticos considerados confiáveis para a realização da pesquisa, como do Núcleo de Banco de Dados da OCB.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no universo da cooperativa Ambiente, a partir da análise sobre a contribuição da vivência cooperativista para o empoderamento de seus cooperados, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

Por entrevista semiestruturada entende Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às

circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Já para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Para obtenção dos dados relevantes para a pesquisa, a entrevista se concentrou em entrevistar os cooperados que desempenham a mesma função dentro da cooperativa. O roteiro foi estruturado de acordo com os objetivos traçados na pesquisa e levou-se em consideração a investigação teórica inicialmente realizada. A observação direta também foi utilizada com o intuito de contribuir para a análise do problema, já que esta é fundamental para entender o funcionamento do ambiente, bem como captar informações que não são abordadas pelos correspondentes.

Após a captação de informações ocorreu a análise e sistematização dos dados. Considerando que as entrevistas foram realizadas na própria cooperativa e registradas com um gravador a fim de manter a integridade dos dados, as respostas foram transcritas e analisadas. Entende-se por análise de conteúdo "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 2009). Esta técnica propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. Para a compreensão e análise dos dados foram considerados três critérios: implementação da cooperativa, princípios cooperativistas e empoderamento do cooperado.

Num segundo momento foi realizada a análise das informações obtidas através das entrevistas, destacando-se as principais características da cooperativa, razões de seu surgimento, origem e perfil de seus associados, critérios de distribuição interna dos trabalhos, principais dificuldades e sugestões de soluções. Os dados foram

analisados à luz do referencial teórico, com o objetivo de responder à questão proposta pela pesquisa.

A elaboração dos roteiros de entrevistas individuais e grupais, bem como a posterior categorização, baseou-se na pesquisa bibliográfica, sendo estruturada em três dimensões de análise: Político-Institucional, Gestão e Sócio Psicológica. Entretanto, conforme alerta feito por Carvalho e Pires (2001, p. 174), existe uma relação de interdependência entre elas, ao ponto de “mais do que se auto influenciarem, se auto constituem simultaneamente, pois há algo de jurídico econômico e psicossocial no político e assim por diante.”

### **5.1 Cooperativismo popular no Brasil e no Distrito Federal**

A relevância desta pesquisa funda-se na experiência do Cooperativismo como contribuição para o empoderamento de seus cooperados. O modelo de economia cooperativa tem como objetivo a produção justa com repartição equitativa e socialmente equilibrada, no entanto o que vem sendo demonstrado ao longo da sua existência é que a maior parte das práticas cooperativistas tem retirado direitos sem justa distribuição porque os princípios cooperativistas não são postos em prática.

Em 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A criação da OCB foi realizada durante o VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Belo Horizonte - Minas Gerais. Em meados de 1972, a sede definitiva da Organização foi instalada em Brasília- DF. Nos termos da Lei 5764/71, cabe à OCB, sociedade civil, na qualidade de órgão técnico consultivo, a representação do sistema cooperativista nacional.

A OCB é composta pelas vinte e seis Organizações Estaduais de Cooperativas, mais a Organização do Distrito Federal e a representação dos onze (11) ramos do Cooperativismo Brasileiro. Ainda na estrutura do cooperativismo existe a Organização das Cooperativas do Estado (OCE). Essa organização congrega e representa todos os ramos do cooperativismo no respectivo Estado e Distrito Federal. As OCE's têm como missão representar e defender os interesses do sistema cooperativista perante as autoridades constituídas e a sociedade, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das cooperativas e de seus integrantes.

No Distrito Federal, as cooperativas são representadas pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Distrito Federal, também denominada

abreviadamente OCDF, constituída em 22.02.1973. A OCDF é entidade sem fins lucrativos. Tem sede, foro e área de ação no Distrito Federal, é filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras. Sua constituição objetiva a representação sindical das cooperativas registradas, a coordenação e defesa dos seus interesses junto a quaisquer entidades públicas ou privadas e a prestação de serviços às mesmas.

O perfil do cooperativismo no Distrito Federal está diretamente vinculado ao processo econômico vivenciado pela região em seus 57 anos de existência. A desmobilização do setor da construção civil ainda no final dos anos 70, sem que após isso tenha se desenvolvido um setor industrial expressivo fez com que se tenha hoje um percentual de 20% de desempregados numa população economicamente ativa de 900.000 pessoas. Os trabalhadores empregados estão divididos em 25% na administração pública, 56% no setor de serviços, 14% no comércio e somente 3,5% no setor industrial (ROCHA, 2003).

O cooperativismo moderno se constitui como uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nascem no espaço do mercado capitalista. Isto é, onde as relações econômicas são ditadas pelo interesse do capital. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em associações – cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço dos interesses de quem trabalha. (SINGER; SOUZA, 2000)

Em consonância com o histórico do cooperativismo brasileiro, até 1990 havia no DF uma predominância de cooperativas agrícolas, que não chegavam ao número de 20. De 1990 aos dias de hoje esse número ultrapassa a casa das 100 cooperativas legalizadas (GIRARD NUNES, 2004). Existe um número ainda maior de associações que não vêm se mobilizando na transformação em cooperativas, seja por não reunirem o número de sócios mínimo exigido, seja pelas taxas existentes para registro e manutenção legal. Em alguns casos, verifica-se a existência de cooperativas que retornaram à condição de associação.

Boa parte das cooperativas vem surgindo de processos de terceirização de atividades empresariais, assim como de ex-servidores aposentados em idade que lhes permite o exercício de outras atividades. Pelo estudo, as organizações surgidas de movimentos sociais apresentam mais solidariedade em suas dinâmicas comunitárias (GIRARD NUNES, 2004).

Existem também no DF iniciativas de construção de cooperativas orientadas por valores religiosos, mesmo sem haver uma indução direta por parte das Instituições. Diferentemente de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, o surgimento da maior parte das organizações existentes no Distrito Federal não nasceu de processos de lutas sociais, mas a partir de intervenção de agentes externos (governos, igrejas, ONGs etc).

A Organização das Cooperativas do Brasil menciona a “necessidade de trabalhos educacionais e sociais ao definir esse tipo de organização como uma sociedade de pessoas gerida por base democrática, que vise não somente suprir os seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais, objetivando a divulgação das políticas cooperativistas, a fim de aumentar a participação e adesão aos princípios e valores das cooperativas por parte dos associados.” (OCB, <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>).

### 5.3 Cooperativismo no segmento de materiais recicláveis

Estima-se que a população mundial, hoje ultrapassando a marca dos 7,6 bilhões de habitantes, gere em torno de 1,3 bilhão de toneladas de lixo por ano, com previsão de aumento para 2,2 bilhões de toneladas até o ano de 2025, além do crescimento da população mundial vir acompanhado de uma crescente urbanização. As grandes aglomerações urbanas consomem imensas quantidades de água, energia, alimentos e matérias-primas, gerando significativas quantidades de lixo, que precisam ser dispostas de maneira segura e sustentável. Como nem sempre isso é feito, as regiões metropolitanas do país possuem problemas semelhantes, tais como: a) escassez ou inexistência de áreas para a disposição final do lixo; b) conflitos de uso do solo, com a população estabelecida no entorno das instalações de tratamento de água e esgoto, aterros sanitários e lixões; c) exportação de lixo para cidades vizinhas, gerando resistências e ampliando a área de poluição; d) lixões e aterros operados de maneira inadequada, poluindo o solo e os recursos hídricos da região (BRASIL, 2016).

Conforme a Resolução Administrativa RA nº 00099/2016 do Tribunal de Contas do Município do Goiás:

O gerenciamento do lixo de uma grande cidade assume enormes proporções e envolve custos com educação ambiental, coleta, transporte,

armazenamento e possível beneficiamento. Além da poluição, outras questões ambientais, econômicas, sociais e políticas estão envolvidas na temática do lixo. Após a década de 1950, o lixo, que era visto como desprezível e problemático, passou a ser sinônimo de energia e matéria-prima. Processos como a reciclagem começaram a ganhar forma, já que, além de reduzir o volume de resíduos, atuavam nos processos produtivos, economizando energia, água, matéria-prima e reduzindo a poluição do ar, da água e do solo. Ainda assim, a maioria dos municípios brasileiros – cerca de 95% - desperdiça uma grande oportunidade, que é a de diminuir os problemas ambientais provocados pela destinação do lixo urbano e ao mesmo tempo, gerar trabalho e renda.

Segundo Figueiredo (2015), no Brasil, em alguns setores industriais como a siderurgia, o reaproveitamento de sucata já vem de longa data, envolvendo atividades de "desmanche" e "ferros velhos" e movimentando milhares de pessoas, tanto da economia formal quanto da informal.

No caso da reciclagem de latas alumínio, estima-se que o setor seja responsável, atualmente, por cerca de 150 mil postos de trabalho para a cadeia de recicladores envolvidos no processo. De maneira similar, a reciclagem do papel no Brasil vem sendo feita por indústrias especializadas há mais de 50 anos, com isso representando uma redução de 50% no consumo de energia que seria utilizada no processamento da celulose natural (FIGUEIREDO, 2015, p. 34).

Além do aspecto de economia energética e de redução dos impactos ambientais associados ao processamento da celulose, ressalta-se também o fato de a reciclagem de papel e papelão ter gerado um número significativo de empregos formais na indústria de reciclados e no comércio de aparas de papel. No entanto, os catadores, responsáveis pela coleta de cerca de 60% de todo o papel reaproveitado no País, seguem majoritariamente na informalidade (FIGUEIREDO, 2015).

Ainda assim, como Bhowmik (2002, p.375) assinala, para vastos setores da população - "os mais pobres entre os pobres" urbanos, com mais baixo status, e com uma presença predominante de mulheres e crianças, a coleta de lixo nas ruas representa, muitas vezes, a única fonte de sobrevivência.

Para Gonçalves (2001), os catadores de materiais recicláveis, nome dado formalmente à profissão desde 2001 no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), "são pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, na atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis" (p. II).

Segundo Nozoe et al. (2003), a profissão de catador se formalizou num contexto de profundas mudanças no mercado de trabalho brasileiro, mudanças que resultaram numa diminuição do nível de emprego e postos formais de trabalho, o que

trouxe, conseqüentemente, profundas alterações na estrutura ocupacional. Nessa linha de raciocínio, várias profissões desapareceram, outras vêm se redefinindo e outras emergiram. Esse é o histórico da inclusão da família ocupacional dos catadores de material reciclável como uma profissão emergente no CBO, em 2001, com base na revisão realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com o CBO (2002) a profissão é de livre acesso, sem exigência de escolaridade ou formação profissional, e as atividades são exercidas a céu aberto, em horários variados, ficando os trabalhadores expostos a variações climáticas, acidentes na manipulação de materiais, acidentes de trânsito e violência urbana. A coleta seletiva e o papel dos catadores de material reciclável nesse processo constituem-se fenômeno atual no contexto da sociedade moderna. De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCRM (2014), os catadores de material reciclável atuam no processo de coleta, de separação e venda de resíduos sólidos e os utilizam como forma de sobrevivência.

Os materiais coletados são repassados aos atravessadores, denominados por esse movimento como aqueles que comercializam com os catadores, que, por sua vez, compram esses materiais e os repassam às empresas recicladoras, que os fazem chegar à indústria. Nessa rede de relações, emerge o catador de material reciclável (COSTA, 2008).

Conforme Costa (2008, p. 43)

O catador está à margem, sobrevivendo das sobras da sociedade. Vaga pelos centros urbanos, movimentando-se de forma quase invisível a uma determinada parcela da sociedade. Entretanto, desempenha papel importante no processo de coleta de resíduos. Destaca-se, assim, um conflito socioambiental que confronta o trabalho desses sujeitos na triagem e separação dos resíduos da cidade com a marginalidade e a exclusão social a que são relegados.

O processo de triagem/reciclagem nos galpões, ou processo de "separação fina" é intensivo em mão de obra, sem exigir qualificação específica prévia. A reciclagem, mais do que uma atividade privada com fins lucrativos, é considerada como uma atividade que gera amplos benefícios socioambientais, tanto pelo aspecto relativo ao cuidado com o meio ambiente, quanto à sua importância na geração de ocupação e renda para uma população que nunca teve acesso ou que foi excluída do mercado de trabalho formal (COSTA, 2008, p. 64):



Em alguns dos municípios brasileiros onde, através da implantação de sistemas integrados de gerenciamento de resíduos, ocorre a expansão das atividades de reciclagem, têm-se firmado acordos ou convênios entre as associações de catadores/recicladores formalmente constituídas e os poderes públicos locais, no sentido de apoiar e garantir o funcionamento dos galpões. Nesses acordos, que variam bastante entre os municípios e mesmo entre associações em um mesmo município, prevê-se, em geral, como contribuições da municipalidade: a garantia de fornecimento de resíduos recicláveis, obtidos por meio da coleta seletiva urbana; a cedência de espaços públicos para a instalação de centros de triagem/reciclagem e processamento dos materiais, com a infraestrutura mínima necessária, como equipamentos básicos; isenção de pagamento de taxas e de serviços, como água e energia elétrica; e também, algumas vezes, capacitação e assessoria aos trabalhadores.

Geralmente após a coleta seletiva, que pode ser feita diretamente através de um serviço municipal, por uma empresa terceirizada com concessão do município, ou pelos próprios catadores/recicladores, em acerto prévio com as prefeituras, o resíduo é levado aos galpões de triagem/reciclagem, onde se faz a separação e pré-beneficiamento pelos associados, para depois ser repassado aos sucateiros ou indústrias recicladoras. O rendimento financeiro com a comercialização dos materiais, em geral, fica inteiramente para as associações de reciclagem (REIS, 2006, apud COSTA, 2008).

De forma paradoxal, no entanto, os catadores são expostos a um ambiente de trabalho com condições indignas, principalmente nos lixões. Tal situação se sustenta pela omissão das autoridades públicas, o que coloca em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores. A realidade da profissão de catadores de material reciclável, portanto, evidencia condições de trabalho precárias em função do contato direto com rejeitos em lixões, aterros e ruas das cidades. Tal realidade contribui também para a precariedade do trabalho, a informalidade da ocupação dos catadores, condição que os deixa mais vulneráveis, uma vez que não gozam dos direitos trabalhistas e previdenciários (COSTA, 2008, p. 63).

Conforme Calderoni (1998, p. 68), a formação de associações ou cooperativas de catadores consiste em uma relevante inovação institucional pois permite uma melhora nos ganhos desses trabalhadores, em relação ao trabalho de catação de rua, e os tornam menos vulneráveis nas negociações com as indústrias ou com os intermediários que compram o material reciclável. Desse modo, atividades caracterizadas originariamente por formas de trabalho precário e não organizado, efetuado por setores marginalizados da população, vêm-se configurando como uma possibilidade de geração de postos de trabalho e de renda.

Associando-se, os catadores passam a trabalhar em galpões estruturados para a separação dos resíduos e para algumas tarefas de pré-beneficiamento dos materiais. Ressalva-se, contudo, que, mesmo em municípios onde já existem galpões de reciclagem e coleta seletiva oficial, uma parcela considerável dos resíduos recicláveis é ainda coletada por catadores de rua e repassada a intermediários (COSTA, 2008, p. 78).

A organização de associações ou cooperativas de catadores/recicladores tem sido incentivada também por entidades e grupos diversos vinculados a igrejas, como a Cáritas, universidades e outras organizações não-governamentais (GRIMBERG; BLAETH, 1998). Os agentes da Igreja Católica se fazem presentes na formação de uma parte significativa das associações de catadores/recicladores em grandes cidades brasileiras, como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, através das comunidades eclesiais de base e de Pastorais que têm como público-alvo os moradores de rua, muitos dos quais sobrevivem como papeleiros ou carrinheiros, ou seja, recolhendo com carroças ou carrinhos precários os materiais com potencial de reciclagem (FISCHER, 2000; JACOBI; TEIXEIRA, 1997).

É nesse contexto que se insere a questão ora abordada. As cooperativas surgem como possibilidade de ocupação e, novas relações vão se estabelecendo. As cooperativas populares passam a ser, muitas vezes, a única alternativa de trabalho para os segmentos da população considerados pelo mercado como de difícil acesso ao emprego.

Entre todos os pobres, talvez nenhum outro grupo ocupe posição tão desfavorável no interior da sociedade brasileira quanto os catadores de recicláveis. A necessidade de sobrevivência é o principal motivo que leva muitas pessoas a procurar no lixo objetos que possam ser vendidos e transformados em fonte de renda. O catador, marginalizado pela sociedade, muitas vezes confundido com mendigo por revirar o lixo, exerce um papel importante e ao mesmo tempo invisível no ciclo econômico da reciclagem (COSTA, 2008).

Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo geral analisar a relação entre a vivência do cooperativismo e o empoderamento do associado, considerando o conhecimento dos princípios cooperativistas. Os objetivos específicos foram: conhecer a dinâmica da cooperativa e sua relação de poder; compreender o modo e as instâncias de participação na vida laboral e social dos cooperados; verificar qual o grau de aderência dos cooperados com relação aos princípios cooperativistas e

identificar como a identidade representa uma forma de empoderamento aos cooperados.

### **5.3 Aspectos metodológicos: inserção da pesquisadora**

A pesquisa foi desenvolvida na cooperativa Ambiente, a partir da análise sobre a contribuição da vivência cooperativista para o empoderamento de seus cooperados, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A Cooperativa Ambiente está localizada na Vila Estrutural, em Brasília-DF. Tal cooperativa faz parte do cadastro na Central das cooperativas de catadores do Distrito Federal e entorno – CENTCOOP-DF, responsável pelas cooperativas de catadores de lixo do Distrito Federal.

A Cooperativa Ambiente surgiu em 2005, inicialmente de forma irregular, como forma de articulação pequena entre 23 catadores de lixo que exerciam suas atividades no lixão. Os recicladores perceberam a necessidade de construir um espaço próprio para a realização de seu trabalho, partilhar entre si suas conquistas e estabelecer ações conjuntas.

A partir de 2007 a Cooperativa Ambiente passou a atuar legalmente como uma entidade representativa de seus associados. Atualmente é composta por 126 associados. Os catadores associados são todos moradores da Vila Estrutural e sobrevivem da catação de materiais recicláveis retirados das 2,5 mil toneladas de lixo diário que são despejados no lixão.

Desde o início de suas atividades, a Cooperativa conta com o apoio governamental e de entidades como a Igreja Católica, através de ações sociais. Inicialmente as reuniões ocorriam no próprio lixão onde os cooperados trabalhavam, articuladas através do Presidente e posteriormente foi criada a sede da Cooperativa em uma área nas redondezas do Lixão, onde é mantida até a presente data. A pesquisadora desenvolveu um estudo qualitativo na Cooperativa Meio Ambiente, constituída há pelo menos doze anos e tem 126 trabalhadores cadastrados. A escolha da referida cooperativa deu-se pelo critério de localização, tempo de constituição e disponibilidade para realização da pesquisa.

A dinâmica da Cooperativa permite Reuniões Ordinárias realizadas mensalmente, no último dia do mês. Nesta reunião são divulgadas as informações relacionadas à Cooperativa, bem como há participação ativa dos membros através dos votos, sendo computado um voto por cada associado. A estrutura organizacional é composta pelo Conselho Administrativo (Diretoria) composto por três membros

efetivos e um vogal e também pelo Conselho Fiscal composto por três membros e mais três suplentes. Verificou-se que não há rotatividade de cooperados, com apenas apresentação de três fichas de desligamento no decorrer dos 12 (doze) anos de existência.

A correlação entre a vivência do cooperativismo e o empoderamento do cooperado foi analisada do ponto de vista teórico e metodológico, e para isso se utilizou-se a estratégia de pesquisa de cunho exploratória e descritiva, por meio de entrevista e observação participante como técnicas de coleta de dados. A pesquisa propôs como avanço para a realidade social dos cooperados a disseminação do conhecimento dos princípios cooperativistas. Para realização da pesquisa foram feitas três visitas à sede da cooperativa e uma ao lixão da Estrutural, local de coleta dos materiais recicláveis pelos cooperados. No primeiro momento foram feitas entrevistas com a direção da cooperativa, onde foram coletados dados gerais referentes à cooperativa em questão.

Na segunda visita ao local estava sendo realizada uma reunião para coleta de dados atualizados dos cooperados. Na ocasião estavam reunidos trinta e oito cooperados dos quais apenas três se ofereceram para responder a entrevista. Na terceira visita foi disponibilizada a secretaria da cooperativa para fazer o acompanhamento até o lixão da Estrutural, onde os cooperados fazem a coleta dos materiais recicláveis e foi permitida realizar a entrevista com sete cooperados que se disponibilizaram. Ao final quantificaram-se quatorze entrevistados para a realização dessa pesquisa.

Verificou-se no que diz respeito ao perfil dos trabalhadores associados à Cooperativa Ambiente é a preponderância de mulheres, de cor negra ou parda e com baixo nível de escolaridade, sendo no total dez dos associados entrevistados. Quanto ao fator idade, observa-se que mais da metade dos catadores têm até 29 anos, configurando uma predominância de jovens. No entanto, ao se fazer o cruzamento das variáveis sexo e idade, percebe-se que os homens são mais representativos nas primeiras faixas etárias, sendo que, entre as mulheres, existe um percentual significativo na faixa dos 30 aos 40 anos. Esse dado indica que o trabalho na reciclagem atrai homens jovens, que não permanecem nos galpões após os 30 anos, pelo menos não na mesma proporção que as mulheres.

A quarta e última visita foi realizada no dia da reunião ordinária, a qual ocorre no último dia do mês, às 19h30min. Conforme ata de assembleia, estavam reunidos

no local 69 (sessenta e nove) cooperados, além da diretoria, e realizaram-se quatro entrevistas.

A cooperativa não tem boa estrutura física, como banheiros e refeitórios, não possui recursos para oferecer equipamentos de segurança, plano de saúde e qualificação e formação profissional aos associados. A relação dos trabalhadores com a cooperativa resume-se ao cadastro que os permite o acesso à área do Lixão, sendo estes identificados através de um cartão de identificação com o nome do cooperado e a cooperativa a qual pertence. A comunicação entre os dirigentes da cooperativa e os cooperados se dá essencialmente através de redes sociais, principalmente o aplicativo de mensagens instantâneas “whatsapp”.

Desde sua fundação, a diretoria e os membros tentam se articular politicamente para conseguir recursos e melhorar as condições de trabalho dos cooperados no lixão. A Vila Estrutural, inicialmente uma invasão de terras públicas nas imediações do Lixão da Estrutural, caracteriza-se como um assentamento e não tem estrutura de abastecimento de água e esgoto, as residências são precárias e não há calçamento nas ruas. A proximidade com o lixão impõe aos moradores o mau cheiro, em função do chorume, o risco de doenças infecto-contagiosas pela presença de ratos, moscas, urubus e outros vetores de doenças, além do risco de explosões por gás metano.

O Lixão da Estrutural está esgotado, sendo que sua parte mais baixa tem hoje quase 14 metros de rejeitos. O controle e administração do Lixão são concedidos a uma empresa terceirizada pelo Governo do Distrito Federal, há rigorosa fiscalização sobre a entrada de pessoas na área, sendo permitida a permanência somente de pessoas devidamente autorizadas.

Com o esgotamento sanitário e ambiental da área, o governo deve transferir o local de despejo dos rejeitos, mas não existe qualquer definição quanto ao endereço de transferência do Lixão e quanto à recuperação da área. Também não está clara a política a ser desenvolvida pelo governo para garantir a inserção e sustentabilidade social e econômica das famílias que trabalham da reciclagem do lixo na comunidade da Vila Estrutural.

## 6. ANÁLISE DOS DADOS E SÍNTESE TEÓRICO-EMPÍRICA

No presente capítulo abordam-se os temas relativos aos princípios e a perspectiva de empoderamento dos catadores/recicladores.

### 6.1 Processo de implementação da cooperativa

Entre os fatores determinantes e/ou limitantes da perspectiva de empoderamento dos catadores/recicladores, encontram-se alguns que atingem igualmente a todas as cooperativas e associações e outros cujo impacto varia de acordo com a situação específica de cada associação, em termos de localização, de vinculação com o poder público municipal ou distrital respectivo, de organização interna e de conscientização e qualificação de seus membros.

Um dos fatores "gerais" que tem provocado debates entre os trabalhadores na reciclagem diz respeito ao processo de implementação da cooperativa. Ao se formarem como cooperativa, os catadores/recicladores ficam sujeitos a uma série de normas quanto a taxas e tributos legais, e devem ter, no mínimo, 20 pessoas como membros, diferentemente da constituição de associações, que podem ser iniciadas com apenas duas pessoas.

Entretanto, se o que se coloca nessa situação é, por um lado, o desafio de mudança, por outro lado, percebe-se a oportunidade de crescimento na organização: na passagem do *status* legal de associação para o de cooperativa de triagem/reciclagem, os trabalhadores tornam-se membros-quotistas, responsáveis pelo "patrimônio" adquirido pela entidade, o que incorre em direitos, porém, de igual maneira, em obrigações; assim sendo, pode-se questionar se, com isso, os catadores/recicladores não se tornariam mais vinculados a sua entidade e à própria dinâmica do trabalho.

Na Cooperativa Ambiente, os trabalhadores convivem diariamente com a violência da periferia da cidade Estrutural, onde 8 dos associados entrevistados demonstraram de falta de esperança na melhoria de sua qualidade de vida. Essa cooperativa pode ser classificada como uma unidade de triagem convencional, não se destacando particularmente entre as demais existentes na Região do Distrito Federal.

Conforme o entrevistado 03 a cooperativa pesquisada garante o assistencialismo dos mais pobres vez que "sempre que as pessoas passam

necessidades, a Presidente dá uma cesta para ajudar”. A entrevistada 07 relatou que “a cooperativa está sempre ajudando quem precisa. Dá cestas e tudo”.

Evidenciou-se entre os entrevistados a falta de conscientização e de expectativas sobre o próprio trabalho. A entrevistada 05 asseverou que “não vê expectativas de crescimento ou de encontrar outro trabalho. Sou pobre e analfabeta, aqui é a única oportunidade que encontrei.” A falta de expectativa é bem enfatizada pelo entrevistado 09 o qual relatou que “o trabalho denigre minha imagem perante a sociedade. Não tenho orgulho em dizer para as pessoas onde trabalho. Daqui tiro meu sustento, mas não me orgulho disso. Se tivesse outra oportunidade seria diferente.”

Os associados, nas suas falas, demonstram ainda esperar muito do poder público distrital e dos assessores católicos, tendo poucas iniciativas próprias. O entrevistado 04 relata que: “não vejo muita movimentação para correr atrás dos nossos direitos. A presidente é uma boa pessoa mas falta ação para conquistarmos mais coisas.”

Para a Presidente da Cooperativa, o que falta é organização. Ela enfatiza a importância de que os trabalhadores se convençam de que o trabalho no lixo é o seu “ganha-pão”. Ela lamenta a falta de seriedade e de consciência profissional de alguns catadores, mas acredita que esse aspecto está melhorando.

Antônio, vice Presidente da Cooperativa, argumenta que: “o catador, de tanto trabalhar com o lixo, se convence de que eles são o lixo humano, mas que não deveria ser assim”. Antônio afirma que “quando as necessidades básicas não estão garantidas, tudo passa a ser comum e por isso a falta de expectativas dos cooperados com o trabalho”.

Quanto ao aspecto de conscientização de sua atuação e importância como cooperado, elemento fundamental para seu empoderamento, as orientações nas cooperativas de reciclagem mostram uma profunda diversidade. Na Cooperativa Ambiente, a transmissão de informações e o crescimento pessoal e coletivo não são tratados com a mesma importância.

Foi evidenciado por onze dos entrevistados que a presidente da cooperativa em questão detém uma posição de destaque, não só por ser presidente mas por estar presente no cotidiano dos cooperados. A cooperada 04 ressaltou que “a presidente é uma pessoa maravilhosa e cuida de nós como se fôssemos todos filhos”. Contrapondo-se a tal entendimento o entrevistado 14 asseverou que “ela (a

presidente) pensa que me engana. Enquanto estamos todos miseráveis ela está só enricando às nossas custas. Ela é a dona da cooperativa e não presidente!”

O movimento cooperativista cresce cada vez mais entre os catadores de materiais recicláveis não só como uma possibilidade de potencialização de sua produção e sobrevivência econômica, mas como um importante instrumento de luta em face das consequências cruéis do fenômeno da invisibilidade social, que os coloca à margem da sociedade por não se enquadrarem naquilo que é considerado tradicional.

## 6.2 Empoderamento de catadores/recicladores a partir do conhecimento dos princípios cooperativistas

Verificou-se através das entrevistas realizadas que os cooperados, apesar de terem noção de que existem diferenças entre uma sociedade empresária comum e uma cooperativa, não detêm o conhecimento acerca dos princípios cooperativistas aos quais a cooperativa deve ser desenvolvida. Todos os cooperados entrevistados informaram não conhecerem os princípios cooperativistas. E mesmo após uma pequena explicação acerca de tais princípios responderam que ainda não conseguiam entender eles dentro da cooperativa. O entrevistado 08 asseverou que “nunca ouviu falar disso”, a cooperada 03 assinalou que “desconhece e acha que isso não existe na cooperativa ambiente”.

Analisando a dinâmica da cooperativa ambiente, apesar dos cooperados afirmarem o desconhecimento dos princípios norteadores das cooperativas, verificou-se que os princípios cooperativistas são aplicados no cotidiano dos cooperados em várias respostas às perguntas realizadas. O Princípio da adesão livre pode ser verificado quando perguntado acerca da liberdade de escolha em ser cooperado, se desligando a qualquer tempo que pedissem. Foi relatado pelo entrevistado 8 que “a hora que eu quiser eu posso sair, só assinar o termo de desligamento. Mas não quero sair, tem muitos benefícios em ser da cooperativa.” Tal assertiva foi acompanhada pelos demais entrevistados.

O Princípio da gestão democrática é aplicado na cooperativa ambiente, vez que todos os seus dirigentes são membros da cooperativa, ocorrendo eleições a cada dois anos para a renovação da diretoria. Note-se que no período de 8 (oito) anos a diretoria continua sendo exercida pelos mesmos integrantes.



Conforme os entrevistados, as decisões são tomadas em Assembleias Gerais que ocorrem mensalmente. A entrevistada 3 afirma que “na assembleia tem muita discussão e sempre que tenho alguma ideia eu falo e votamos. Às vezes tem barraco mas a Presidente sempre acalma todos, votamos e o que tiver voto da maioria vence.” O entrevistado 08 informou que “quase não vou a assembleia porque não tenho tempo mas quando vou vejo tudo sendo votado. Algumas coisas a Presidente defende mas é pra nosso bem.” Apesar de não ocorrer a rotatividade na diretoria, ocorrem as assembleias mensalmente, sendo dado aos cooperados a oportunidade de participação com sugestões e votos, abrindo espaço para a participação e o empoderamento.

O princípio da participação econômica dos sócios é respeitado pela cooperativa vez que o cooperado se apropria somente do resultado do seu próprio esforço. Conforme a entrevistada 05 “tem mês que eu não trabalho aqui e não recebo, se não fizer o mínimo não tem nem conversa, não recebe. Porque você tem que fazer o seu, é a regra!”

No tocante ao princípio da educação, formação e informação ficou evidenciado que tal princípio não é respeitado. Na área de Educação, constatou-se que a escolarização representa apenas “uma chance remota de mobilidade social”, que não se incorpora às expectativas dos trabalhadores; devido à sua resignação a respeito da posição social que ocupam, os catadores não acreditam na possibilidade de ascensão social pelo estudo. Verificou-se que 11 entrevistados não concluíram o ensino fundamental e não têm interesse em voltar aos estudos. Conforme o entrevistado 8 “não temos tempo para estudar, e estudo aqui não é nada! Trabalho duro durante o dia e a noite só penso em chegar em casa e ficar com minha família e descansar para o batidão do dia seguinte.” Não são ofertados pela cooperativa incentivos para que o cooperado estude, sendo apresentados alguns cursos de formação por entidades externas e divulgadas em assembleias e encartes afixados no mural.

Apesar de não ser devidamente praticado no cotidiano da cooperativa Ambiente, Schneider (2007, p. 69), afirma que este princípio é um dos mais importantes, representando de fato o que venha ser uma cooperativa:

Embora princípios cooperativos sejam hierarquicamente iguais, o princípio de educação é conhecido como “regra de ouro”, uma vez que sua existência e aplicação proporcionam o melhor entendimento dos demais princípios e

valores cooperativos. É através da educação que se torna possível entender o conteúdo de tais princípios, elaborar estatutos, entender a lei das cooperativas, bem como os direitos e deveres dos sócios, e entender a sistemática do processo de funcionamento das cooperativas como instituição e empresa.

O princípio da cooperação entre cooperativas não foi visualizado no cotidiano da cooperativa Ambiente. A entrevistada 10 afirma que “a nossa cooperativa não vai para a luta com as outras cooperativas, apenas algumas coisas.” O entrevistado 08 alegou que “nunca se fala de outra cooperativa quando nos reunimos.” Segundo a ACI, as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

O cooperativismo moderno se constitui como uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nascem no espaço do mercado capitalista. Isto é, onde as relações econômicas são ditadas pelo interesse do capital. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em associações – cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço dos interesses de quem trabalha. (SINGER; SOUZA, 2000)

Desta forma, as práticas cooperativistas podem se desvirtuadas, transformadas em forma de submissão ao modelo capitalista. Contudo, para que seja alcançado o objetivo do cooperativismo é fundamental a sua vivência a partir dos princípios mencionados.

A base do cooperativismo se compõe de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Fundamenta-se, portanto, no bem estar coletivo, buscando a prosperidade do grupo e contribuindo para o empoderamento do cooperado. Percebe-se, com base nestas considerações, que os princípios formativos do cooperativismo, bem como a forma pela qual ocorre a sua estruturação permitem que os associados adquiram certo grau de empoderamento. Tal fato decorre, em especial, do modelo de autogestão adotado por esta forma de associação, o qual possibilita uma organização mais democrática das tomadas de decisão, além de conferir autonomia aos trabalhadores.

Em consonância como que foi dito acerca da autonomia dos trabalhadores, Márcia Misi (2000, p. 88) descreve que: “essa forma de organização dos trabalhadores

pode então exercer um papel, não só de alocador de mão de obra disponível, mas também como instrumento de resgate da autonomia do trabalho, perdida com a Revolução Industrial”.

Os cooperados vislumbram, por meio deste modelo, e, pela própria ausência das figuras de empregado e de empregador, os reflexos diretos oriundos da sua forma de trabalho. Os lucros obtidos com a sua produção, por exemplo, retornam para eles de maneira proporcional, assim como há a valorização da capacidade de decisão dos associados, uma vez que eles participam ativamente da organização do empreendimento.

Nota-se que na medida em que há o aumento da participação dos trabalhadores no processo organizativo e decisório da cooperativa, crescem também suas responsabilidades para com a sustentação competitiva do empreendimento no mercado, já que eles próprios sofrem as consequências desta situação. Torna-se evidente, então, que:

O cooperativismo pode desempenhar um papel muito importante na formação de uma consciência de cidadania crítica dos cooperativos uma vez que, a partir dos problemas vivenciados, se afirma a responsabilidade individual e coletiva pelo sucesso ou fracasso do empreendimento (MISI, 2000, p. 77).

### 6.3 Empoderamento individual, organizacional e estrutural

Com base no que foi exposto acerca das especificidades do sistema cooperativista, bem como nos benefícios acarretados a partir da sua implantação, é inegável o potencial transformador que ele representa. A sua viabilidade apresenta-se não só para a redução das taxas de desemprego, desencadeada pela exclusão de uma massa de trabalhadores do processo de produção, mas também para aqueles que procuram fugir dos efeitos da lógica da desigualdade, existente entre os detentores da propriedade e os que compõem a produção, fomentada pelo modelo econômico capitalista. Os princípios formativos do cooperativismo, bem como a forma pela qual ocorre a sua estruturação, permitem que os cooperados adquiram certo grau de empoderamento.

O empoderamento individual se refere ao nível psicológico de análise. Diz respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas. Os indivíduos se auto percebem como

detentores de recursos que lhes permitem influir e controlar os cursos de ação que lhes afetam (COSTA, 2008). No nível individual, o empoderamento refere-se a habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida (SILVA, 2013).

Nos relatos sobre as trajetórias de formação e de organização dos catadores/recicladores, percebe-se, efetivamente, que a consciência de pertencer a um grupo, isto é, a determinação de sua identidade como uma nova categoria ocupacional ou "profissional" leva em consideração não apenas os ganhos materiais relativos às atividades de reciclagem, mas, também, os aspectos de "resgate" social dos trabalhadores e/ou de vínculo com o tipo de trabalho que estão executando, pela importância que representa como um serviço de cuidado com o meio ambiente.

Nesse sentido, questionados sobre sua principal motivação para o trabalho na reciclagem, catadores da Cooperativa Ambiente deram respostas variadas, que podem ser classificadas em três categorias principais: respostas ligadas a fatores de renda e à necessidade de se ter um trabalho; respostas que mencionam o orgulho ou importância de se trabalhar com o meio ambiente; e repostas "neutras", que não especificam identidade com o trabalho ou razões econômicas para o engajamento na ocupação de catador/reciclador.

Conforme Cohen (1999) "a pertinência a um grupo com um conjunto de crenças, normas e tradições particulares, onde exista o reconhecimento mútuo de uma identidade concreta, é fator essencial para o pleno desenvolvimento e expressão da personalidade do indivíduo." A primeira categoria engloba expressões simples, do tipo "é por necessidade", "pelo sustento", "pela oportunidade de trabalhar", "é lucrativo", até outras mais elaboradas, que remetem ao acesso a cursos e palestras nos galpões e algumas que aludem à possibilidade de "resgate social".

A segunda categoria reúne afirmações breves, relativas à "proteção ambiental" e à reciclagem, havendo alguns catadores que indicam "motivo de orgulho", ou outros, cuja percepção sobre o trabalho é de que "reciclando, limpamos a cidade". A terceira categoria se compõe de respostas quanto à \*identidade e à consciência ambiental diz respeito à consciência ambiental inserida através do trabalho realizado, valorizam a percepção dos motivos que ensejam o trabalho.

Em busca, então, de melhores condições de trabalho e da dignificação da atividade, os catadores de materiais recicláveis começaram a se organizar coletivamente em associações e cooperativas de trabalho. Desta forma, apesar do

efeito excludente provocado pelo capitalismo e recaído sobre estes grupos marginalizados, eles encontraram, nas estratégias econômicas coletivas, uma alternativa para “seguir em frente” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 333).

No que se refere ao trabalho com separação de resíduos e reciclagem verificou-se que a renda e a oportunidade de trabalho foram referenciados como aspectos principais para exercerem essa atividade, vez que os cooperados vivem 100% do trabalho da cooperativa. Foi também levantada a questão relacionada à limpeza da cidade e à preservação do meio ambiente, salientando-se a importância de tal atividade para a sociedade.

A própria lógica do mercado de reciclagem é perversa aos recicladores, os quais só conseguem uma renda suficiente para sobrevivência quando vendem em quantidades vultuosas, o que também é dificultado pela ação dos “intermediários”. Assim, a associação destes indivíduos em empreendimentos solidários é uma maneira de potencializar a produção e, com isso, aumentar a renda obtida por meio desta atividade. Neste sentido, a reunião de recicladores para realização da atividade de forma coletiva leva-se a pensar que:

[...] o trabalho associativo possa trazer forças para competir com igualdade no mercado, procurando, com a união, aumentar a oferta de materiais recicláveis e conseguir um volume maior, suficiente para negociar os preços e as condições com poucas indústrias deste seguimento (MAGERA, 2003, p. 132).

Os aspectos relacionados à identidade do trabalho exercido como catadores de lixo foram priorizados na ordem de cuidado com o meio ambiente, respeito no trabalho, segurança e finalmente renda, respectivamente. Sobre expectativas concernentes à trajetória no trabalho “profissional”, os catadores/recicladores forneceram informações que foram agrupadas em três blocos, relativos a: perspectiva de “investimento” e de continuidade no trabalho de reciclagem, inclusive com metas a serem atingidas pelo grupo como um todo; situação de descontentamento e de provisoriedade nesse tipo de trabalho, havendo casos de pessoas que estão prestes a se aposentar ou de sair para buscar outras atividades; pessoas indiferentes ou que não souberam responder.

Destaca-se, que os cooperados recuperam a sua identidade com o trabalho, na medida em que conseguem vislumbrar os ganhos obtidos por meio da sua força de trabalho sendo revertidos em seu próprio proveito. Os lucros da atividade

desenvolvida serão, por esta lógica, repartidos entre aqueles cooperativados que – direta ou indiretamente – contribuíram para a produção. Sobre esta questão, Souza (2003, p. 10) aponta que:

[...] no movimento cooperativista vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos.

Conforme os entrevistados, a expectativa de investimento/continuidade é majoritária entre os recicladores: 12 destes entrevistados afirmam que esta é uma boa opção de trabalho, estando satisfeito (13%) indicaram pretender a aposentadoria em breve ou montar negócio próprio, em outro ramo. Nos comentários daqueles que querem continuar investindo na reciclagem, existem manifestações que denotam a vontade de que eles possam se especializar cada vez mais, utilizando, para isso, técnicas de beneficiamento ainda não disponíveis para a Cooperativa e atingindo um nível mais alto de produção, em condições próximas às das indústrias recicladoras. Nesse sentido, uma das pessoas do grupo, ao referir-se à sua condição de recicladora de resíduos, reiterou convictamente de que se trata de uma "profissão" que oferece vantagens e condições de crescimento concreto.

Para verificar um pouco mais a relação dos catadores/recicladores com a atividade de triagem de resíduos e a consciência do que isso representa para o meio ambiente, foi-lhes questionado se procediam à separação do seu próprio lixo doméstico e o que faziam com o lixo orgânico. Todos os recicladores responderam que separam o seu lixo doméstico, e oito entre eles além de realizar a separação do lixo, usam o resíduo orgânico para produzir adubo, através de técnicas de compostagem caseira.

Além da questão de como os catadores/recicladores vêem seu próprio trabalho e o que esperam dele, é de igual interesse observar suas percepções sobre como são vistos pelos "outros", ou seja, como creem que seu trabalho é contemplado, na sociedade em geral, e, especialmente, na comunidade em que vivem. Para tanto, suas respostas foram classificadas em cinco blocos, desde as percepções mais favoráveis, de que seu trabalho é visto como uma atividade relevante, interessante, sendo amplamente reconhecida na comunidade, até as que apontam a predominância, entre

as pessoas de fora da comunidade, de visões preconceituosas em relação ao trabalho na reciclagem do lixo.

As percepções de reconhecimento e de valorização são minoritárias: somente 3 dos catadores/recicladores acreditam que seu trabalho é considerado "interessante, diferente" ou, por outro lado, "normal, todo mundo sabe para que serve". A maioria (11 dos entrevistados) crê que seu trabalho é encarado de forma negativa, sendo vistos "como lixeiros, gente que trabalha no lixão", ou "com nojo, com preconceito", "com estranheza", tratados como se fossem "todos sujos". Um dos trabalhadores relata que teve problemas, uma vez, quando foi abrir conta em uma agência de um banco estatal, em virtude da sua vinculação de trabalho, tendo sido negada a abertura de conta. Duas pessoas mencionam o poder público, dizendo que este "não se interessa por eles", não os ajuda, não oferecendo incentivos, nem melhorias. Os outros 30% dividem-se igualmente entre pessoas que percebem visões diferentes sobre eles: "existem pessoas que nos vêem como um depósito de lixo, já outros valorizam nosso trabalho" e os que não responderam a essa questão.

César Rodríguez (2012, p. 339) destaca que "[...] a exclusão social da qual são vítimas os recicladores é especialmente perversa e dramática". E o autor acrescenta, ainda, que o contato direto com o lixo – em virtude da atividade de reciclagem –, bem como o fato de que muitos catadores são moradores de rua, os tornam:

[...] vítimas do mais elevado grau de exclusão e estão relegados às zonas mais selvagens da cartografia urbana – isto é, as lixeiras, as ruas e os guetos onde vendem os seus produtos a intermediários e onde em certas ocasiões inclusive habitam (RODRÍGUEZ, 2012, p. 339).

Além destes fatores, é possível atribuir como causa do fenômeno do qual são vítimas os recicladores, a precarização que circunda o desenvolvimento da atividade de busca pelos materiais e a própria informalidade característica atividade de recolhimento de materiais pelas ruas das cidades. Desta forma, estes indivíduos se submetem a inúmeros riscos ao andar pelas ruas empurrando suas carroças sob condições climáticas desumanas, como chuva e calor intensos.

Percebe-se, através das respostas dos catadores/recicladores, que o autorreconhecimento de seu papel sócio-ambiental de "agentes ecológicos" é ainda ambíguo. O cuidado com o meio ambiente e a relevância da atividade de reciclagem são ressaltados por vários trabalhadores, porém, a postura é clara no sentido de que

estão desempenhando essa função "porque foi o que restou para eles". Os catadores, em grande maioria, não escolheram sua ocupação, apesar da importância social e ambiental dessa atividade: ambigualmente, vivem do lixo, mas sonham em realizar outros trabalhos.

Quando um novo cooperado entra para a Cooperativa ambiente, é explicado a ele o significado de estar ali, trabalhando com o lixo: "não é só a questão de ganhar dinheiro, tem a questão ambiental, de proteção..." . Ao mesmo tempo, contudo, valoriza-se o crescimento individual e coletivo, através dos treinamentos e de novos projetos, que lhes permite planejar a continuidade e o aperfeiçoamento do seu trabalho, com a conseqüente valorização monetária.

Dessa maneira, a identidade do trabalho do catador/reciclador vem procurando-se firmar, entre a posição dos que vêm, para si mesmos, nesse trabalho, somente uma forma de sobrevivência provisória, e os que visualizam a possibilidade de terem uma atividade efetivamente produtiva e relevante, propiciando "um modo digno de viver" (BUENO, 2001, p.24). Os dados quantitativos da pesquisa evidenciam na Cooperativa em análise o predomínio da identidade inserida segundo grupo, com o auto reconhecimento do trabalhador e de sua função na cadeia social.

Por outro lado, constata-se ainda a invisibilidade dos catadores em dados estatísticos oficiais sobre a População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil. É considerada uma ocupação nova, tendo passado por processo recente de reconhecimento e de regulamentação dentro da proposta revisada da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO 2000, a atividade de catador não detém uma posição estabelecida no âmbito das estatísticas oficiais ou mesmo em pesquisas sobre empregos e rendimentos de outros órgãos.

Na inclusão dos catadores/recicladores na CBO 2000, houve a discussão sobre a denominação a ser adotada para a ocupação, entre os termos "reciclador" ou "catador". Os próprios trabalhadores da reciclagem não detêm um consenso sobre esse ponto, já que para alguns deles os "recicladores" propriamente seriam os trabalhadores assalariados em indústrias de reciclagem (beneficiamento e transformação final do material reciclável), enquanto catadores seriam os coletadores e/ou separadores de resíduos, organizados em associações tipo cooperativas populares ou cooperativas de trabalho.

Essa polêmica foi levada ao 1o Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado, em Brasília, entre 4 e 6 de junho de 2001. Enquanto



os representantes da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul - FARRGS defenderam a denominação de “recicladores” para os trabalhadores na triagem e pré-beneficiamento do lixo, representantes de outros estados, como os de Minas Gerais e de São Paulo, preferiram manter a denominação de “catadores”, por considerá-la mais abrangente e representativa da sua identidade original. Esta última posição teve predominância no Movimento Nacional dos Catadores, porém, as associações de trabalhadores na reciclagem, intituladas de recicladores, em especial, no Rio Grande do Sul, conservam essa designação (CURSO..., 2002).

Na nova CBO, a ocupação de catador de materiais recicláveis engloba os títulos de "Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)", e descreve-se suas atividades como as de catar, selecionar e vender "materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis". Abarcando tanto os catadores de rua, quanto os trabalhadores em galpões de triagem/reciclagem, a CBO assinala que "o trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas". Considera-se que nas associações ou cooperativas "surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas" (CLASSIFICAÇÃO..., 2003).

Quanto ao empoderamento individual, no nível psicológico, percebe-se que a identidade está ligada à questão ambiental, sendo, portanto, um elemento de empoderamento na medida que os associados deixam a condição de subalterno, e de trabalhar “como bichos, de ser um lixo” e passam a se identificar com a questão ambiental. Demonstra-se a perspectiva de almejavem um futuro e investir para que ele ocorra, sendo observado o auto reconhecimento como um agente ambiental.

Sousa et al. (2014) ressalta que a organização econômica e a promoção social são essenciais para o cooperativismo, que contribui para a qualidade de vida dos cooperados através de instrumentos de gestão democrática e de ajuda mútua, e assim estimular o desenvolvimento local. Desta forma, vem sendo identificado como uma ferramenta importante nas dimensões econômica e social, associando-se às políticas de desenvolvimento local e ocupando papel de destaque para a organização da economia e na emancipação social.

A partir da análise dessas características, é possível depreender que há, então, neste sistema de organização, a valorização do trabalhador, uma vez que inexistente discriminação entre os integrantes do processo de produção e, por outro lado, a renda obtida é revertida em proveito dos próprios trabalhadores.

Mister se faz ressaltar que o modelo atual de cooperativismo não restringe o acesso à mão de obra qualificada, ou seja, trata-se de “[...] uma realidade acessível a todos [...] mediante a associação, que desejam encontrar uma forma de trabalho para gerar renda e fonte de subsistência ou também se emancipar do sistema de salários” (CULTI, 2002, p. 7). Desta forma, a renda obtida no processo de produção é revertida em benefício da associação e dos próprios associados, ao passo que no modelo tradicional capitalista o lucro era monopolizado pelo empregador que repassava para os trabalhadores uma parcela referente ao salário.

Turra et al. (2006) afirmam que o trabalho cooperado oferece a possibilidade de desenvolvimento de valores e atitudes, descoberta de potenciais e assim contribuir para a melhora da qualidade de vida. Nota-se claramente que as experiências de cooperativas têm proporcionado desenvolvimento humano e social do indivíduo através do coletivo, já que é um processo no qual há a premissa de que se deve abandonar a perspectiva individual e valorizar o trabalho coletivo.

A construção de laços de solidariedade entre os cooperativados, permite a recuperação da sociabilidade nas relações, a qual era inexistente no capitalismo econômico, tendo em vista o individualismo exacerbado imperava neste modelo. Sob o ponto de vista social, então, as cooperativas exercem um papel fundamental, na medida em que elas retiram os catadores do ciclo de exploração promovido pelos “sucateiros” e, a partir de uma ajuda mútua, estes indivíduos reúnem-se em prol de um fim comum, qual seja a busca por um modelo alternativo, que regido por regras inclusivas, permita a reinserção no mercado econômico (COHEN, 1999, p. 56).

Não se pode, ademais, reduzir os avanços obtidos com a implementação das cooperativas ao aspecto econômico, pois a função social de proposta associativa é muito maior. Desta forma, os catadores – assim como outros trabalhadores excluídos do mercado de trabalho – encontram neste modelo de empreendimento uma saída para as consequências do fenômeno da invisibilidade pública, pois eles sentem-se integrados novamente naquela sociedade (PINHEIRO; JUNIOR, 2015).

Nos depoimentos foi referido no contexto a percepção da autonomia das relações com a família e poder público de forma muito significativa com a percepção de que são capazes de mudanças, despertando-se para seus direitos, através da

autopercepção que tem sobre si mesmos, de acreditar em sua capacidade, valorização pessoal/profissional e a ampliação de conhecimentos através da vivência cooperativista.

O empoderamento psicológico relaciona-se à autoconfiança, através da percepção da capacidade individual. Resulta de um trabalho particular e muitas vezes da manifestação do domínio social e político. O sentimento de pertença, o resgate da autoestima, os processos empáticos no grupo, a valorização de cada integrante interferem na autoimagem. O aumento da autoestima relaciona-se à mudança de mentalidade dos participantes do grupo em relação às suas capacidades, a apreensão da realidade, a participação no processo decisório, ao acesso à qualificação, a ampliação de suas capacidades de trabalho e a agregação de renda. Esses elementos interferem no posicionamento das mulheres no âmbito familiar e na comunidade em geral. (OLIVEIRA, 2013, p.5).

Tal posicionamento compreende o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal, “(...) a gente ta conseguindo aumentar de valor na nossa vida, durante esse período todo, tanto de coisa que já aconteceu, tanto de coisa que a gente já aprendeu, por conta de trabalhar aqui.”(Entrevistado 2). Podemos conceber empoderamento também como: “[...] todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania.” (FRIEDMAN, 1996, p. 8).

Percebe-se que “[...] o empoderamento organizacional compreende o acesso à informação, ao conhecimento, à participação em organizações sociais e aos recursos financeiros. Refere-se aos níveis educacionais e ao acesso a outras técnicas laborais.” (OLIVEIRA, 2013, p. 6). Como demonstram perceber seu empoderamento organizacional através do trabalho que exercem no relato “(...) a gente tem um certo resgate de outras famílias além da nossa né, que é o objetivo que isso se torne mesmo uma rede né, que a gente possa tanto colocar mais cooperados aqui dentro como de outra forma ter também essa ligação com outras pessoas que também estão se beneficiando financeiramente né.” (Entrevistada 5).

De acordo com Mogilka (2015) o processo de transformação social percebido pelas participantes contribuem para a transformação da realidade, favorecendo a qualidade de vida dos setores populares nas sociedades contemporâneas.

A economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, encontrando no cooperativismo uma forma de viver, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o estabelecimento de acordos, parcerias, apoios e

políticas públicas municipais necessárias ao sucesso dos empreendimentos e comprovando que a articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental contribuem para a construção de um ambiente sustentável. (VIEIRA e RICCI, 2008 p. 14-15).

A percepção de que através de um comportamento analítico e a valorização da importância da ação de cada participante no processo de transformação, na busca por inclusão social, por cidadania, requer-se uma postura de comprometimento (OLIVEIRA, 2013), explicitada através da fala de que “aqui dentro da cooperativa, óbvio, tem os altos e baixos, como em todas empresas, todos os lugares, que tem gente que chega um dia mais nervoso, então a gente tem que ser cooperado pra entender o lado de cada uma e a gente trabalha muito bem, como cooperativismo”(Entrevistada 14).

No empoderamento estrutural verifica-se, a importância do papel que as cooperativas exercem na sociedade, seja diminuindo o volume de resíduos encaminhados ao lixão (e, assim, aumentando a sua vida útil), seja promovendo a educação ambiental, seja promovendo a inclusão social pelo trabalho de pessoas que não conseguiriam ingressar no mercado formal. Este reconhecimento abre uma oportunidade para que a dependência das mesmas com relação a ações pontuais e particulares do Poder Público (como a concessão de bolsas, destinação de mais/melhor material reciclável, entre outras facilidades) seja minimizada.

Além disso, o empoderamento estrutural insere os cidadãos como produtores de políticas públicas não governamentais e não ficar esperando pelas iniciativas do governo. O cooperativismo implica em pensar o desenvolvimento a partir da escala micro, da comunidade, do bairro, do cotidiano, do bem-viver, valorizando aspectos para além do meramente econômico.

Por fim, cabe ressaltar que há limites quanto ao empoderamento estrutural relacionado aos cooperados da Cooperativa Ambiente, apesar de mudar estruturalmente alguns ativos da vida dos cooperados, não há mudanças das condições da sociedade, como acesso básico, educação, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo é um sistema econômico que emerge de um contexto de transformações econômicas e sociais, gerado historicamente desde o início da Idade Moderna e que encontrou sua plenitude na Revolução Industrial. Os principais mecanismos do capitalismo se alteraram ao longo do tempo para se adaptarem às novas formas de relações políticas e econômicas estabelecidas entre as nações, destacando-se fases deste processo: o capitalismo comercial, o capitalismo industrial, o capitalismo financeiro e o capitalismo informacional.

O capitalismo comercial foi a fase constitutiva do sistema capitalista, iniciado no século XV, e, como já apontado, consistia basicamente na formação de uma economia centrada nas trocas comerciais, que envolviam tanto as sociedades de um mesmo local quanto de diferentes países. Com o advento da Revolução Industrial, o capitalismo reinventou-se e a economia passou a ser centrada na produção maquinofaturada ou industrializada, dando início ao capitalismo industrial. Assim, aos poucos, a maior parte dos trabalhadores deslocou-se para o setor secundário da economia e o ritmo das produções de mercadorias ditava a velocidade do crescimento econômico.

Ao final do século XIX e início do século XX, a economia, principalmente dos países então chamados de desenvolvidos, passou pelo processo de financeirização, ou seja, sua economia deixou de estar centrada no poder das indústrias e passou a focar no poderio financeiro das empresas, o chamado capitalismo financeiro. Atualmente, há uma nova fase do sistema econômico mundial, chamada de capitalismo informacional, termo elaborado pelo economista Manuel Castell para legitimar e propiciar a expansão do capital financeiro.

O mundo entrou em uma nova fase social e econômica, caracterizada pela expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório de alcance transcontinental. A principal característica é a concentração dos meios de produção e do lucro proveniente da exploração do proletariado, nas mãos dos capitalistas. Conforme exposto, no capitalismo, o processo de acumulação expressado através dos lucros, é o meio para acumular mais, em detrimento da satisfação das necessidades humanas de uma parcela da população. Aliado a isso está o avanço dos mercados financeiros, na atualidade (ou contemporaneidade), potencializado pela

globalização e pelo avanço tecnológico, que fortaleceu a perspectiva do capitalismo como a única racionalidade possível em relação às trocas econômicas.

A partir das desigualdades geradas na relação entre capital e trabalho, surge a pobreza como questão social, vinculada à sociedade burguesa, vez que a miserabilidade cresce na medida em que se ocorre a acumulação de capital, com a busca incessante pelo lucro. Verificou-se também que nos últimos anos, as perdas para a classe trabalhadora foram importantes não apenas do ponto de vista econômico, mas também de sua saúde física e psíquica.

Contudo, outras formas de se relacionar existem na economia. Frente a limites e contradições do modo capitalista de produção e de trabalho e suas implicações nas relações de trabalho, outras perspectivas econômicas passam a ser experimentadas na contemporaneidade.

O cooperativismo é uma dessas perspectivas, o qual tem seus fundamentos epistemológicos, teóricos e ético-políticos. pautados na economia substantiva proposta por Karl Polanyi, destacando a importância do homem em seu meio natural e social, fortalecendo a valorização do trabalho, vez que o mercado moderno está centralizado no trabalho assalariado, o qual vem sendo questionado pela sua escassez.

A construção do ideal cooperativista foi influenciada pela indignação com as mazelas produzidas pelo capitalismo, podendo-se afirmar que surgiu como uma doutrina de reforma social dentro desse modo de produção, propagando-se e desenvolvendo-se à mercê das ações do Estado. O diferencial do cooperativismo do modelo de empresa capitalista, é que os empreendimentos são de propriedade das pessoas que trabalham neles, sendo autogerido em conjunto, democraticamente, pelos seus cooperados. Seu sentido reside no trabalho e não no capital. Assim, o cooperativismo se baseia numa perspectiva social e econômica, no qual a participação democrática fundada na solidariedade é fundamento para o alcance de um objetivo econômico e social em comum.

Os princípios cooperativos se prestam a delimitar o que vem a ser um empreendimento cooperativo, têm-se como princípios os seguintes: adesão livre, controle democrático, participação econômica dos sócios, educação, formação e informação, autonomia e independência, cooperação entre cooperativas ou intercooperação e a preocupação com a continuidade.

Identificou-se que o conceito de empoderamento pode ser bastante amplo e trata-se ao processo de desenvolvimento de uma cidadania plena incorporando dimensões de igualdade social e reconhecimento das diferenças. Seguindo o pressuposto de Foucault (2004), “empoderar” seria o mesmo que criar condições para o “exercício” de poder para além do instituído, vez que a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Embora a relação de poder ocorra no exercício de “uns” sobre os “outros”, a liberdade entra como um fator necessário para que as relações possam ocorrer.

A ideia de empoderamento está conectada ao processo de obtenção de um patamar mínimo de bem-estar, configurado não só em termos de segurança econômica e de reconhecimento social, individual e coletivo, mas também como aumento da consciência, força interior, autoestima, capacidade de decisão e liderança e outras qualidades pessoais. A relevância desta pesquisa funda-se na experiência do Cooperativismo como contribuição para o empoderamento de seus cooperados, em especial aos catadores de materiais recicláveis.

O objetivo que norteou as ações desta pesquisa foi o de analisar as dinâmicas relativas à construção do empoderamento de trabalhadores que atuam no segmento da reciclagem de lixo, através da observação de suas vivências e o processo de organização político-social de uma cooperativa de catadores/recicladores em Brasília-DF.

A etapa exploratória da pesquisa, que contou com pesquisas bibliográficas e documental, foi determinante para que pudessem ser definidas e compreendidas as categorias necessárias para se ter solidez no posterior tratamento e interpretação dos dados coletados na fase de campo.

As observações e entrevistas realizadas, e a posterior sistematização dos dados coletados, apresentação e interpretação deles possibilitam algumas conclusões acerca do objetivo e da questão da pesquisa. Em países em desenvolvimento como o Brasil, o trabalho de coletar resíduos com potencial de reciclabilidade vem sendo desenvolvido há muitas décadas por setores marginalizados da população, que frequentemente vivem nas ruas ou junto aos depósitos de lixo.

Os catadores de materiais recicláveis têm um papel fundamental quando o assunto é meio ambiente: seu trabalho, caracterizado pela coleta e reciclagem dos resíduos sólidos, é responsável por engendrar uma nova lógica de produção onde

desenvolvimento sustentável e estímulo ao crescimento econômico podem coexistir, demonstrando assim que o que aparentemente é lixo para uns, para outros, aqueles que se encontram fora do padrão de consumo da modernidade tardia isso é desperdício, ou melhor luxo.

Os fatores estigmatizantes que recaem sobre estes trabalhadores são múltiplos, por exemplo, a própria atividade desenvolvida os coloca em contato direto com o lixo, o que acarreta certo preconceito perante a sociedade e, além disso, conforme entrevista realizada, os próprios catadores admitem sentirem “vergonha” daquela situação. O fato deles vasculharem as lixeiras em busca de materiais recicláveis já é suficiente para a criação de um estigma cuja base constitui-se pela extensão do imaginário da sujeira para além do objeto de trabalho.

Tais trabalhadores têm buscado reconhecimento social, através das tentativas de tornarem visíveis as atividades de triagem e reciclagem dos resíduos e de se firmarem enquanto uma categoria ocupacional específica, através de sua organização política, o que vem a contribuir para seu empoderamento, individual e coletivamente.

O associativismo tende a reduzir significativamente a vulnerabilidade a que os catadores estão exposto quando trabalham de forma individualizada. A partir da análise das cooperativas de recicladores, evidenciou-se que tal empreendimento torna a atividade mais rentável sob o ponto de vista econômico, a renda obtida pela produção nas cooperativas sofre um aumento significativo, o que torna-as mais competitivas perante as indústrias compradoras de tal matéria-prima, bem como livra os catadores da exploração pelos intermediários, além disso, o trabalho cooperativado representam um ganho no aspecto social, vez que apresenta-se como uma alternativa aos catadores que andam pelas ruas e pelos aterros sanitários em busca de materiais recicláveis.

O trabalho dos catadores/recicladores representa, em termos proporcionais, o segmento de menor remuneração na cadeia de reciclagem de resíduos sólidos, em comparação à proporção de remuneração dos intermediários (sucateiros) e das indústrias recicladoras. Disso decorre a constatação de que a reciclagem não deve ficar refém apenas da iniciativa de grandes empresas privadas, sem a existência de uma regulação estatal que tente redistribuir os ganhos entre os diversos setores produtivos presentes no mercado da reciclagem.

Cabe ressaltar que a experiência do cooperativismo como contribuição para o empoderamento de seus cooperados, está na sua capacidade de interferência de



forma direta nas ações da cooperativa. Fato é que a não observância da experiência cooperativista, baseada nos princípios fundamentais do cooperativismo, pode comprometer as atividades da cooperativa.

Há uma série de empoderamentos em todos os níveis estudados porém conforme a pesquisa demonstrou, existem limites do ponto de vista individual, o que significa dizer que os catadores se beneficiam das garantias de uma cooperativa, porém com restrições, por não ocorrer o atendimento a determinados princípios cooperativistas. Compreende-se inserido na Cooperativa Ambiente o exercício da democracia através de assembleias e direito ao voto que são respeitados, do diálogo apresentado nas assembleias que ocorrem mensalmente, da participação em coletivo e ao mesmo tempo individual, já que cada um tem que dar sua contribuição (na forma de trabalho) para o sucesso do coletivo. Porém como fator delimitador, há uma participação formal mas os cooperados não estão bem informados com o processo educativo para que possam de fato tomarem decisões.

Verificou-se através das entrevistas realizadas que os cooperados apesar de terem noção de que existem diferenças entre uma sociedade empresária comum e uma cooperativa, não detém o conhecimento acerca dos princípios cooperativistas aos quais a cooperativa deve ser desenvolvida. Apesar dos cooperados afirmarem o desconhecimento dos princípios norteadores das cooperativas, verifica-se que os princípios cooperativistas são aplicados no cotidiano dos cooperados em várias respostas às perguntas realizadas.

Nota-se que na medida em que há o aumento da participação dos trabalhadores no processo organizativo e decisório da cooperativa, crescem também as responsabilidades destes para com a sustentação competitiva do empreendimento no mercado, já que eles próprios sofrem as consequências desta situação. Os cooperativados vislumbram, por meio deste modelo, e, pela própria ausência das figuras de empregado e de empregador, os reflexos diretos oriundos da sua forma de trabalho. Os lucros obtidos com a sua produção, por exemplo, retornam para eles de maneira proporcional, assim como há a valorização da capacidade de decisão dos cooperativados, uma vez que eles participam ativamente da organização do empreendimento.

Por fim, verificou-se que a pesquisa contribuiu para a área em estudo. O empoderamento inserido dentro do cooperativismo deve ser analisado como condicionante para a construção de uma sociedade mais equânime, democrática e de

um modelo de desenvolvimento social que extrapole o enfoque meramente econômico, colocando no centro das atenções e prioridades a vida humana, o atendimento das necessidades, enfim a sustentabilidade social, política, cultural, ambiental e econômica.

De maneira geral, tendo-se em conta a emergência e a relevância da questão da geração e disposição dos resíduos sólidos em uma cidade, como um dos mais sérios problemas ambientais urbanos, a tentativa de equacionar esse problema através da criação de nichos de trabalho para segmentos da população de baixa renda pode revelar-se frutífera, desde que as entidades envolvidas no processo atentem para as necessidades e dinâmicas específicas dos catadores/recicladores, que vêm, aos poucos, conquistando uma identidade própria, e, dentro de ritmos particulares, empoderando-se nas suas trajetórias.

Entende-se que, por suas características, o cooperativismo se apresenta como uma estratégia com possibilidades de superação da pobreza numa perspectiva mais sustentável e emancipatória. O empoderamento das iniciativas cooperativas requer superar a busca de trabalho e renda apenas para a subsistência, devendo procurar a politização dos espaços produtivos e decisórios para o exercício da participação, da representatividade e do debate no cooperativismo. Como futura pesquisa sugere-se o incentivo à qualificação e à educação continuada dos cooperados, vez que tais processos trazem consigo o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de argumentação e proposição.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania**: estratégias para a ação. Brasília: UNICEF/

ALVES, Carlos Augusto de Azambuja. Unidades de triagem de resíduos sólidos no município de Porto Alegre - 12 anos depois. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 6. ed, Gramado. **Anais...** Porto Alegre: ABES, 2003.

ALVES, G. A Tessitura da Redundância Elementos teórico-metodológicos para uma investigação sobre a experiência da precarização do trabalho no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, Caxambu, MG, 2007. **Ensaio - Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea**. Caxambu, 2007. 30p.

ANTUNES; R. (org.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 159p.

\_\_\_\_\_. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. De Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, 317p.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Vértice/ ANPOCS, n.36, p.3-32, 2. sem. 1993.

BARDIN, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: ICA, 2009.

BARILARI, R. Consumo, lixo e educação ambiental: uma abordagem crítica. Juiz de Fora: FEME edições, 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocely. **Teorias de etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva** - política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. Autodissolução e auto-risco na sociedade industrial: o que isso significa?. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva** - política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997a.

\_\_\_\_\_. **O que é globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver** - os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BONELLI, Maria da Glória; DONATONI, Silvana. Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n.41, p.109-142, 1. sem. 1996.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. p. 24- 62. *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. p. 24- 62. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRAGA, Tania et al. Principais limitações à internalização da dimensão ambiental nas práticas urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: ANPUR, 2002, v.3, p.1322-1333.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes.htm>> . Acesso em: 13 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução Administrativa RA nº 00099/2016 do Tribunal de Contas do Município do Goiás. 2016.

BUENO, Paulo Fernando Zanardini. Gênero e ação ecológica: a participação feminina nos galpões de reciclagem. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS. Porto Alegre [**Trabalho apresentado**]. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.1-27.

BULGARELLI, Waldírio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Regime jurídico das sociedades cooperativas.** Imprensa: São Paulo, Liv. Pioneira, 1965.

CABRAL, Sueli Maria. **Trabalhadores do lixo:** o relato de uma pedagogia da desordem. 2001. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Caixa Econômica Federal, 2001.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 1998.

CAPPELLI, Sílvia (Org.). **Resíduos sólidos.** Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2002.

CARDOSO, Adauto. A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização. In: PIQUET, Roselia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Brasil, território de desigualdade:** descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./ Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. Sustentabilidade: princípios. In: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CARVALHO, Marcelo W. **Cooperação e Desenvolvimento:** O papel da cooperativa no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo. Porto Alegre, Assocene, 2004.

CARVALHO, Robinson Henrique; PIRES, Maria de Lourdes (Orgs). **Práticas Sociais na Economia Solidária:** tecendo experiências e pesquisa sobre incubação. Canoas, RS: Unilasalle, 2001. 246 p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 3.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David. **A ação coletiva dos trabalhadores.** Porto Alegre, SMCultura, Palmarinca, 1991.

\_\_\_\_\_. Crítica da economia solidária. **Cultura Vozes**, v.96, n.6, p.10-21, 2002.

\_\_\_\_\_. Formação profissional. In: --- (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.

\_\_\_\_\_. Autonomia. In: --- (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio A. **A questão social no Brasil**. Rio de Janeiro:

CHESTNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.  
Civilização Brasileira, 1996.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupações. Apresentação. Disponível em <<http://www.tem.gov.Br/Temas/CBO>> Acesso em: 15 nov. 2017.

COHEN, Jean L. Para pensar de novo a privacidade: a autonomia, a identidade e a controvérsia sobre o aborto. In: LAMAS, Marta et al. **Cidadania feminista**. México: Metis Productos Culturales, 1999. Edição especial de Debate Feminista. Cortez, 1999.

COSTA, A. C. F. da. Catadores informais: elo do processo de coleta dos materiais recicláveis presentes no lixo urbano da cidade de Porto Alegre. In: FRANKENBERG, Cláudio Luis Crescente; RAYA-RODRIGUEZ, Maria Teresa; CANTELLI, Marlice (Org.). **Gerenciamento de resíduos e certificação ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. In: **Tercer congreso europeo de latinoamericanistas**, Amsterdam, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza**: possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A sociedade do lixo** - os resíduos, a questão energética e a crise ambiental. Piracicaba: Editora Unimep, 2015.

FILHO, Cícero Virgulino da Silva. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2002.

FISCHER, Nilton. **Movimentos sociais contemporâneos e educação popular: aproximações possíveis, complexidades emergentes**. Porto Alegre: [s.n.], 2000.

FONSECA, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1, p.245-275, jun./dez. 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Política e Ética: uma entrevista. In: **Ética, Sexualidade e Política**, 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

FRIEDMANN, Adriana. **Cooperativas**. São Paulo: Moderna, 1996

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Roberto Alves. Por uma historia do lixo. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v.3, n.1, p. 1-17, jan./abr. 2012.

GIRARD NUNES, Celso Lucena. Os elos horizontais da Economia Solidária: Desafios e perspectivas. In MARTINS, P.H. e NUNES, B. F. (Orgs). **A nova ordem social – Perspectivas da solidariedade contemporânea**: Brasília: Paralelo 15, 2004. p.192-213.

GOHN, Caroline. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva Brasileira. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, p.1-20, dez. 2004.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 1997.

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology** 91 (November), 1985.

\_\_\_\_\_. Problems of explanation in economic sociology. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. **Networks and Organizations: Structure, form, and action**. Boston : Harvard Business School Press, 1992.

GRIMBERG, Elisabeth; BLAUTH, Patrícia. **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: Instituto Polis, 1998. (Polis, n.31)

GRUPENMACHER, Julia. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene C, FREITAS, Carlos Machado de, PORTO, Marcelo Firpo de Souza (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niteroi: Ed.UFF, 2005.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave; SANTANA, Joana Valente; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”**: a importância de seus fundamentos. R. Pol. Públ., V. 11, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2015.

HERRIGER, N. Grundlagentext Empowerment. Düsseldorf/Alemanha: Sozialnet GMBH, 07 de julho de 2006. Disponível em: <<http://www.empowerment.de/grundlagentext.html#oben>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

HIRATA, Helena. Apresentação. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

HOROCHOVSKI, R.R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. Anais... Disponível em: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf)>. Acesso em 15 nov. 2017.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Tradução de Waltensir Dutra. 12. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976 (Col. Biblioteca de Ciências Sociais).



HUNT, Jacob Carlos. Trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n.56, p. 46-62, out. 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 123,

IANNI, O. O mundo do trabalho. In: FREITAS, M. C. (Org.). **A reinvenção do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e qualidade de vida: aspectos teórico-metodológicos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, Caxambu. **Anais....** Caxambu; MG: ANPOCS, 1992.

JACOBI, Pedro; TEIXEIRA, Marco A. **Criação do capital social**: o caso da ASMARE. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade e trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da Universidade (UFRGS), 1997.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, educação e construção da identidade**. Porto Alegre: Tese (Doutorado)- Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

KOZLOWSKI, T.T. Responses of woody plants to flooding. In **Flooding and plant growth** (T.T. Kozlowski, ed.). Academic Press, London, 1987.

LAPIERRE, Jean William Barth. Prefácio. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

LIMA JÚNIOR, Francisco Souza. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal – Estudo exploratório. **Revista Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 13-42, 2015.

LISBOA, Olinda Maria. Cooperativismo sócio-comunitário e educação: reflexões históricas e possibilidades atuais. **Revista Educação e Cidadania**, v. 3, p. 11-23, 2008. Disponível em <<http://www.am.unisal.br/pos/Stricto-Educacao/pdf/ArtigoOlinda.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LISBOA, Teresa Kleba. Heroínas em luta na conquista de suas glórias: **um estudo sobre o processo de 'empoderamento' das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis**. Tese (Doutorado)- PPGS, Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MACHADO, André Luiz et al. Usina de reciclagem de plásticos das unidades de triagem de Porto Alegre. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 6., Gramado, 2002. **Anais....** Porto Alegre: ABES, 2012.

MACHADO, Fernando Rios. **Cooperativismo como alternativa de mudança: Uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas: Átomo, 2003.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 20.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **O capital, Volume I** – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

MELO, Marcus André B. C. de. Ingovernabilidade: desagregando o argumento. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda Prates (Org.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo : CEDEC, n.17, p.49-66, jun. 1989.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-44.

MIGLIOLI, Jorge. Globalização: Uma Nova fase do capitalismo? Professor de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISI, Marcia Costa. **Cooperativas de trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil**. São Paulo: LTR, 2000.

MOGILKA, Maurício. Pensamento e desejo – Práticas educativas e processos de formação humana em pleno capitalismo. Salvador, FAGED/UFBA, 2015

Mota, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In **CFESS. SERVIÇO SOCIAL: DIREITOS E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS**. BRASÍLIA: CFESS/ABEPSS, 2009.

NASCIMENTO, Daniel Oliveira. **Percepções de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis**: Estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia. 2011. 175 f. Dissertação (mestrado em saúde, ambiente e trabalho)-Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOZOE, N. H.; BIANCHI, A. M.; RONDET, A. C. A. **A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol. 17, no. 3-4, p. 234-246. jul-dez, 2003.

OLIVEIRA, D, de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 2. Ed. São Paulo, Atlas, 2013.

ORSO, José Paulino (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007.

PANZUTTI, N. P. M. **Mercado como construção social da realidade**. Inform. Econôm. 2011.

PERIUS, Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PEREIRA, Sandhya Alves; SANTOS, Régis Fagundes Galvão. Porto Alegre. In: EIGENHEER, E. M. (Org.). **Coleta seletiva de lixo** - experiências Brasileiras no 2. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003.

PINHEIRO, Priscila Tinelli; JÚNIOR, Humberto Ribeiro. **O cooperativismo e sua importância no processo de desinvisibilização social dos catadores de materiais recicláveis**. Disponível em: <[https://www.derechoycambiosocial.com/revista040/O\\_COOPERATIVISMO\\_E\\_SUA\\_IMPORTANCIA%20.pdf](https://www.derechoycambiosocial.com/revista040/O_COOPERATIVISMO_E_SUA_IMPORTANCIA%20.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sobre fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTr, 1995.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

\_\_\_\_\_. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

\_\_\_\_\_. The economy as instituted process. In: DALTON, George (Ed.). **Primitive, archaic and modern economies**: essays of Karl Polanyi. Boston: Beacon Press, 1968.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Terceirização**: Aspectos Legais, Trabalhistas e Tributários. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, Priscila Regina. **Cooperativismo**: análise das finalidades e da qualidade dos serviços de uma cooperativa médica em Florianópolis - SC. 2003. 100 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver** - os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ROSA, Russel Teresinha Dutra da. **Educação informal na reciclagem de resíduos sólidos urbanos**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade

SAFFIOTI, Heleieth, **A Mulher na Sociedade de Classes** - Mito e Realidade - 3ª Ed. 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver** - os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAYAGO, Daiane Ely et al. **Resíduos sólidos**: propostas de instrumentos econômicos ambientais. Brasília: MPO/SEPURB, 1998.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SCHNEIDER, J. E. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente**: o caso brasileiro. In: Ma, R. Loureiro, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v.9, p.49-86, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, jul.-dez. 1995.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1974.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio/São Paulo, Record, 1999.

SILVA, C.; MARTÍNEZ, M. L. **Empoderamiento**: proceso, nivel y contexto. *Psykhe*, Santiago/Chile, v. 13, n. 1, p. 29-39, mai. 2004.

SILVA FILHO; Marcelo Azevedo. Os catadores de resíduos e a responsabilidade socioambiental: a percepção sobre seu lugar social. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n.3, p. 17-35, set./ dez. 2002.

SILVA, Lorena Holzmann da. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da Universidade (UFRGS), 2013.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil** - a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo : SEADE, v.10, n.1, jan.-mar. 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo : Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Mário Rogério Kolberg. Resíduos sólidos: conceitos, responsabilidades, gerenciamento e destino final. In: CAPPELLI, Silvia (Org.). **Resíduos sólidos**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2002.

SOUSA, A. T. M.; SETTE, R. S.; SOUZA, M. Visões de associados de dirigentes na valorização da informação: o caso de uma cooperativa cafeeira. In: **Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural**, 2014, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2014.

SOUZA, André Ricardo de. **Um instantâneo da economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA-LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 2011.

STARK, W. **Empowerment: neue Handlungskompetenzen in der psychosozialen Praxis**. Freiburg i. Breisgau: Lambertus, 1996.

STARK, W. **Gemeinsam Kräfte entdecken**: Empowerment als kompetenzorientierter Ansatz in der psychosozialen Arbeit. Duisburg/Alemanha: Orglab, 2006. Disponível em: <<http://www.orglab.de/qemp/empartkurzwst.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México:Siglo XX Editores, 1988.

TEIXEIRA JÚNIOR, Dieve Silva. **Instituto de Geração de Oportunidades Florianópolis**, Secretaria de Comunicação Social, Prefeitura Municipal de Florianópolis. Projeto de Geração de Emprego e Renda pela Gestão Sócio-Ambiental e Economia de Resíduos na Coleta de Resíduos Sólidos (2002). Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/igeof/historico.htm>> Acesso em: 10 de jan. 2018.

TODESCHINI, Remígio. Empreendimentos solidários em expansão. In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). **Sindicalismo e cooperativismo**: a economia solidária em debate - transformações no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho, 1999.

TOLOSA, Hamilton C. A pobreza absoluta. In: ALBUQUERQUE, Roberto C. de (Coord.). **O Brasil social**: realidades, desafios, opções. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. transformação social no Brasil. São Paulo: LTr, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURRA, F. R; SANTOS, F. E de G; COLTURATO, L. C. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**: associações e cooperativas. Brasília: Atlas, 2002.

VEIGA, Ima Passos Alencastro. **Didática**: ensino e suas relações. São Paulo: Papyrus, 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo; SCHOLZ, Robinson. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2013.

VIEIRA, A. C. M.; RICCI, F. Cooperativas Populares de Reciclagem e a articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental. In: **V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 5, 2008. Anais SEGeT. Rio de Janeiro: AEDB, p. 3, 2008.

VILHENA, André. **A evolução da coleta seletiva e reciclagem do Brasil**. Porto Alegre: CEMPRE, 2002. (Documentos do Recicleshaw 2002).

VINHA, Valéria G. da. **A convenção do desenvolvimento sustentável e as empresas eco-comprometidas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Tese de Doutorado, 2001.

\_\_\_\_\_. O Estado e as empresas 'ecologicamente comprometidas' sob a ótica do neocorporativismo e do state-society synergy approach: o caso do setor de papel e celulose brasileiro. **Archè Interdisciplinar**. Rio de Janeiro: UCAM/Ipanema, Ano VIII, n. 25, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social**: Os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

WENDHAUSEN, Eugênia da Silva; LIMA, Teresinha Carvalho de. Projeto de Vida na Ilha Grande dos Marinheiros: uma experiência de resgate social. In: **O LIXO como instrumento de resgate social**. Porto Alegre: AEBA/METROPLAN, 1989.

WILLING, Eckhard. Valorização do lixo (resíduos): funções econômicas e sociais. In: **O LIXO como instrumento de resgate social**. Porto Alegre: AEBA/METROPLAN, 1989

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.